

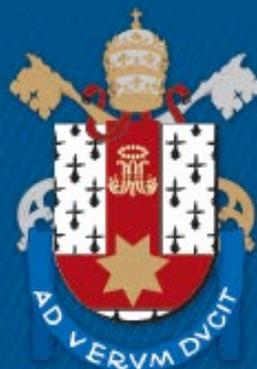
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS

ANDRESA DA SILVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE EM CONTOS DA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDRESA DA SILVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE EM CONTOS DA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tereza Amodeo

Porto Alegre

2022

ANDRESA DA SILVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE EM CONTOS DA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades – da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Teoria da Literatura.

Aprovada em 31 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Tereza Amodeo – orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Regina Kohlrausch

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Paiva Coronel

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre me educou para ser uma mulher livre.

AGRADECIMENTOS

Em nosso percurso acadêmico, não há a possibilidade de concluirmos cada etapa importante sem outras mãos para nos apoiar, embora o caminho da pesquisa imponha, muitas vezes, uma resiliência solitária, diante das nossas dúvidas e inseguranças a respeito da relevância do nosso trabalho. Eu encontrei muitas mãos que me guiaram neste trajeto, especialmente por ter cursado o Mestrado durante a pandemia, na qual todos nós enfrentamos muitos desafios emocionais.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e ao seu corpo docente da Pós-Graduação em Letras, por propiciarem um espaço de aprendizagem humanizado, colaborativo e aberto ao diálogo. Todas as aulas e as oportunidades de trocas que presenciei com os professores contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual e, especialmente, pessoal. Agradeço também à CAPES por ter me concedido uma bolsa de estudos¹.

Agradeço à minha orientadora e professora Maria Tereza Amodeo por ter acreditado no meu potencial desde o início da Graduação, mesmo quando eu duvidava se conseguiria conciliar os estudos com as minhas demandas de trabalho. A sua generosidade, responsabilidade e defesa pelas minorias me ensinaram valores que estarão presentes em minha vida para sempre.

Agradeço à minha mãe Anita, por tanto amor, ensinamentos e cuidados enquanto pode me cuidar. Sou incapaz de verbalizar o tamanho da minha gratidão por toda a nossa amizade e cumplicidade.

Agradeço à minha irmã Adriana, minha melhor amiga, que representa o maior alicerce que tenho na vida. Apesar de todas as dificuldades familiares que enfrentamos juntas, nos mantivemos unidas e fortes.

Agradeço às minhas amigas de longa data, que simbolizam a rede de apoio mais afetuosa que uma pessoa poderia ter. Cada uma dessas mulheres, com as suas vivências e personalidades, me inspiram a continuar em busca dos meus sonhos.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço aos meus ex-alunos, que me ensinaram que sempre há motivos para sermos resistentes e sentirmos esperança. E, também, por me permitirem repassar um pouco da minha paixão pela literatura.

Agradeço às ex-colegas e ex-professoras que me apresentaram os movimentos feministas e me propiciaram uma nova identidade e visão de mundo.

Agradeço a todas as mulheres que lutaram antes de mim, para que hoje eu pudesse estar pesquisando no espaço acadêmico e contribuindo para os estudos feministas, com o intuito de que alcancemos as igualdades de gênero, etnia e classe social em todos os espaços que ocupamos.

RESUMO

Historicamente, a figura da mãe foi idealizada com base no mito do amor materno incondicional e inabalável, que está relacionado a diversos interesses sociais, econômicos e religiosos. Na certeza de que o tema se trata de uma questão que impacta diretamente a emancipação intelectual e física da mulher, o presente trabalho pretende refletir sobre as representações da figura da mãe em contos da literatura brasileira contemporânea, contrapondo com estereótipos impostos à mulher socialmente. Além disso, busca-se analisar se as imposições sociais apresentam-se da mesma forma para todas as mulheres, a partir da diversidade de suas vivências, etnias e contextos nos quais estão inseridas, tanto nas narrativas literárias quanto na sociedade.

Com o intuito de averiguar de que maneira a imagem materna foi construída e entender como é estabelecida até os dias atuais, utiliza-se como base teórica e instrumento de investigação crítica os estudos das teorias feministas. Os contos literários examinados, que são de autoria das escritoras contemporâneas Clarice Lispector, Conceição Evaristo e Giovana Madalosso, respectivamente das obras *Laços de Família*, *Olhos D'água* e *A teta racional*, tratam de assuntos acerca da maternidade que circundam as mulheres da idade média ao período atual. Nas respectivas narrativas abordadas, constata-se discussões a respeito da maternidade que não vão de encontro com os padrões que a sociedade considera como o de mãe ideal. A partir disso, observa-se a necessidade de que a maternidade seja analisada e discursada como uma experiência plural.

Palavras-chave: Mulher. Maternidade. Feminismos. Literatura. Sociedade.

ABSTRACT

Historically, the mother figure has been idealized based on the myth of unconditional and unshakable maternal love, which is related to several social, economic and religious interests. Certain that the theme is an issue that directly impacts the intellectual and physical emancipation of women, the present work intends to reflect on the representations of the mother figure in short stories from contemporary Brazilian literature, contrasting them with socially imposed stereotypes of women. Moreover, it seeks to analyze whether the social impositions are presented in the same way for all women, based on the diversity of their experiences, ethnicities and contexts in which they are inserted, both in literary narratives and in society.

In order to investigate how the maternal image was constructed and to understand how it is established until today, the studies of feminist theories are used as a theoretical basis and as an instrument of critical investigation. The literary tales examined, which are by contemporary writers Clarice Lispector, Conceição Evaristo and Giovana Madalosso, respectively from the works *Laços de Família*, *Olhos D'água* and *A teat rational*, deal with issues about maternity that surround women from the middle ages to the current period. In the respective narratives, there are discussions about motherhood that do not meet the standards that society considers as the ideal mother. Based on this, there is a need for motherhood to be analyzed and discussed as a plural experience.

Keywords: Woman. Motherhood. Feminisms. Literature. Society.

Minha mãe sacrificou seus sonhos
Para que eu sonhasse. (KAUR, 2018, p.152)

Minha mãe sempre costurou a vida com fios de
ferro. (EVARISTO, 2016, p. 9)

Você-vai-se-arrepender
Você
Vai se arrepender
de não ter filhos! (DONATH, 2017, p. 9)

SUMÁRIO

1 LITERATURA PARA RESISTIR - FEMINISMOS PARA SE (RE)CONHECER.....	12
2 MÃES PLURAIS: CONTEXTOS E FEMINISMOS.....	23
3 A FIGURA DA MÃE IDEAL.....	31
4 MULHERES E MATERNIDADES.....	50
4.1 MATERNIDADES E SOLIDÃO	52
4.2 A RECONFIGURAÇÃO DAS MATERNIDADES	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6 REFERÊNCIAS	83

1 LITERATURA PARA RESISTIR - FEMINISMOS PARA SE (RE)CONHECER

Desde a infância, a literatura faz parte da minha construção pessoal - não por incentivo familiar, mas sim pela escola onde cursei o Ensino Fundamental. Portanto, a escolha da área de pesquisa na Pós-Graduação parte, inicialmente, da minha descoberta e fascínio como leitora. As minhas memórias incluem desde gibis e contos de fadas, até as obras de Lygia Bojunga – a biblioteca era o meu recreio. Sendo assim, com apenas quinze anos, eu entendia e sabia apreciar a linguagem e a ironia de Machado de Assis, ao mesmo passo que sentia todos os medos e as inseguranças de uma adolescente ingênua. Dessa forma, através da leitura, aprendi a me conhecer, a entender as minhas emoções e a buscar estabelecer o difícil exercício da empatia. E agora, na fase adulta, é como encontro forças e amparo para enfrentar os obstáculos da vida, como os desafios profissionais e a ansiedade. A literatura me ensina, há muito tempo, a superar.

Nesse sentido, embora eu não tenha convivido com livros em casa, sempre tive a liberdade de dialogar sobre questões sociais no ambiente familiar, principalmente com a minha mãe, que, apesar de não ter recebido as devidas oportunidades para estudar, é uma mulher muito sábia, pois soube transformar a dureza do seu cotidiano em afeto, a sua ingenuidade em observação para entender o mundo e as suas dores em motivação para buscar o diálogo com as pessoas. Em vista disso, dentre muitos privilégios, também tive a oportunidade de crescer refletindo criticamente sobre o mundo.

Foi somente na universidade que passei a observar e a questionar a posição da mulher na sociedade, através de disciplinas, leituras, professoras e colegas que expuseram o conceito e a necessidade do feminismo, alertando-me sobre a importância de pesquisarmos sobre o tema e ocuparmos cada vez mais espaços na academia e nos demais âmbitos sociais. Durante esse período, sentia como se tivesse vivido durante anos no escuro, mesmo com boas referências e acesso à arte. E me questionava, a cada descoberta, sobre quantas mulheres continuavam na mesma escuridão, principalmente as que não têm o mesmo alcance à informação em um país com tanta desigualdade social como o Brasil. Desse modo, a universidade me proporcionou conhecimento, constante desconstrução de preconceitos, rupturas de certezas e conexões entre as minhas bagagens pessoais e intelectuais.

Diante disso, relacionei os saberes e as considerações sobre o assunto com as gerações de mulheres da minha família. Essas mulheres, vindas da lida do campo do interior para a capital do Rio Grande do Sul, tiveram demasiada resiliência diante das adversidades que se apresentaram e mudaram as suas vidas quando se tornaram mães - o que me permitiu questionar se a decisão de terem filhos partiu de um desejo próprio ou de uma imposição social, e,

consequentemente, de uma opressão familiar. Assim, minha irmã e eu não crescemos com feministas nas quais poderíamos nos espelhar; pelo contrário, havia uma aceitação em relação à obrigação de educar os filhos, cuidar do lar e ser submissas aos maridos. Contudo, bem antes de a palavra *sororidade* ser reconhecida popularmente, nós entendemos esse conceito com profundidade ao vê-las se apoiando em todas as situações duras do cotidiano. E é provável que por esse motivo tenhamos nos tornado as melhores amigas uma da outra, pois também aprendemos a nos acolher diante do contexto machista em nossa família.

Por esse ângulo, a minha mãe, como muitas mulheres ao redor do mundo nos anos 70, engravidou do seu primeiro filho aos 16 anos, numa época em que se casar e parir na adolescência era visto com completa naturalidade pelas minhas avós, tias e a sociedade de forma geral. Muitas delas percorreram caminhos parecidos, sem ao menos se questionarem se havia outras opções, ou se apenas a vida doméstica e a maternidade lhes bastassem. Entretanto, quando a minha mãe engravidou de mim, aos 40 anos, já era considerada velha demais para uma gestação.

O romance *Maternidade*, da escritora canadense Sheila Heti, em que a narradora se questiona, aos 37 anos, se deseja realmente ser mãe com tal idade pode bem ser relacionado à situação vivida por minha mãe: “A literatura, eu sabia, era a única coisa que poderia ser começada aos quarenta. Se você tem quarenta anos quando começa, ainda pode ser considerada jovem. Para todas as outras eu já era velha” (2018, p. 13). Essa reflexão da personagem, em comparação às mulheres da minha genealogia, pode ilustrar o quanto a mulher conquistou, a duras penas, o benefício da dúvida, visto que há décadas a maternidade era considerada um destino certo.

No entanto, atualmente, ainda é comum que a mulher seja julgada, ou questionada, ao assumir que não deseja ser mãe, podendo despertar em si mesma um sentimento de culpa ou uma sensação de possível arrependimento futuro, conforme é mencionado na obra de Heti: “Se eu quero ou não ter filhos é um segredo que escondo de mim mesma – é o maior de todos os segredos que escondo de mim mesma” (2018, p. 33). Todavia, certas concepções a respeito da maternidade eram distintas no passado, de acordo com o caminho percorrido pela mulher.

Historicamente, a representação da maternidade nem sempre foi percebida pela sociedade da forma como é hoje, devido à influência de diversos fatores sociais. A concepção de maternagem, desenvolvida pela psicanálise, que se refere à conquista de uma relação afetiva entre mãe-criança, sem a necessidade da gestação, foi atribuída, por muitos anos, apenas à mulher. Nessa perspectiva, através de um estudo teórico, Elizabeth Badinter retoma a ideia de maternagem concebida na Europa, principalmente na França, ao redor do século XVIII. Em sua

tese, *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), observou que a maternidade era muito desvalorizada desde a Idade Média, sendo que todas as decisões a respeito da criança pertenciam ao homem, a quem era atribuído o poder paterno e marital. Ademais, nesse período, o conceito de infância ainda não existia e as crianças permaneciam por pouco tempo convivendo com a mãe, tendo em vista que, de sete a dez anos de idade, eram encaminhadas a outras famílias (que teriam a função de educá-las) ou a internatos.

Porém, nos dias atuais, a maternidade, planejada ou não, remete a uma imagem idealizada, quase sagrada, sobre o significado de ser mãe. E, apesar de pertencer a um fator biológico e emocional exclusivamente feminino, é o sistema patriarcal e misógino que ainda influencia certos conceitos e decisões da mulher em relação à escolha da gestação, bem como o desejo de interrompê-la. Parece que há algo de ameaçador não querer ter filhos ou admitir que seria melhor não os ter gerado. Não querer ter filhos deveria ser uma escolha legítima como qualquer outra, mas não é assim que as mulheres que optam pela não-maternidade se sentem ao falar sobre essa decisão, pois são constantemente questionadas para responder os motivos. É como se a mulher fosse obrigada a se justificar, mencionando a prioridade para um momento financeiro adequado, um projeto futuro ou um trabalho em andamento.

Assim, a romantização extrema da maternagem acaba não deixando espaço para que mulheres sejam sinceras a respeito de como realmente se sentem em relação ao assunto. Sobre esse aspecto, na obra *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*, a socióloga israelense Orna Donath traça um estudo a respeito de mulheres que se arrependeram da escolha de serem mães, dando espaço a uma realidade bastante comum – ainda que silenciada:

No entanto, não estou interessada apenas em reconhecer a existência do arrependimento de ser mãe. Esse tipo de enfoque poupa a sociedade de sua parcela de responsabilidade: quando personalizamos o arrependimento como a incapacidade de se adaptar à maternidade, como se essa determinada mãe tivesse que se esforçar mais, estamos esquecendo como diversas sociedades ocidentais tratam as mulheres, ou, talvez mais precisamente, como ignoram as mulheres, uma vez que as sociedades parecem se eximir da responsabilidade de empurrar de maneira veemente todas as mulheres consideradas física e emocionalmente saudáveis não apenas para a maternidade, mas também para a solidão de lidar com as consequências dessa persuasão. (DONATH, 2017, p. 13)

Nesse sentido, assumir o arrependimento materno, ainda é um tabu, sobretudo no Brasil, um país onde a ética fundamentalista religiosa e conservadora é bastante presente. A construção social da maternidade com base na semelhança da virgem Maria e a pureza moralista impregnada em nossas veias, o discurso de que a mulher só será completa se for mãe, ou de que o relógio biológico despertou, nos empurrou para a maternidade compulsória

- ideia de que as mulheres são incompletas sem filhos e que o ato de cuidar constitui-se fator biológico inato - como num abismo.

O silenciamento de mães arrependidas engendra-se como um pacto patriarcal e a culpa é o fundo emocional da mulher como um encaço. Adaptar-se à exaustão mental, à perda da liberdade individual, à quebra da idealização, à falta de rede de apoio e ao abalo psíquico, que é ser mãe, tem sido uma luta para milhares de mulheres. Desejar não ter sido mãe, ou detestar o trabalho não remunerado, que é cuidar de outro ser humano totalmente dependente, não minimiza o grande amor que as mães podem sentir pelos seus filhos. De maneira oposta, perceber de onde vem a dor poderá desconsiderar a criança como culpada, visto que a culpa não é da criança se a nossa construção social nos destroça, fazendo com que a mulher seja incapaz de perceber a tempo que não era o que queria para a sua vida. Talvez, muitos de nós sejamos filhas e filhos de mães arrependidas e silenciadas, e, por isso, é necessário que seja construída uma nova concepção de maternidade, na qual as mulheres sejam verdadeiramente livres para não serem mães.

Outro ponto importante a ser analisado é se a imposição social para a escolha de tornar-se mãe se estabelece de modo igual para todas as mulheres, independentemente de classe social, etnia, gênero ou orientação sexual. Por isso, muitas pesquisadoras feministas explanam o quanto é inapropriado que se estude qualquer pauta feminista, inclusive a reprodução, sem relacionar as problemáticas que envolvem as questões de classe e raça de maneira interseccional.

A primeira vez que tive conhecimento do termo *interseccionalidade* foi através da obra *Interseccionalidade*, da pesquisadora brasileira Carla Akotirene, que é parte da coleção *Feminismos plurais*, organizada pela filósofa e escritora Djamila Ribeiro, que escreve o prefácio. Em um primeiro momento, não me pareceu compreensível o esclarecimento de Akotirene sobre essa categoria, visto que é mais discutida do que explicada. Mesmo assim, partindo dessa obra, busquei outras leituras para compreender mais profundamente o tema, o que me levou ao artigo “Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos”, da então Doutoranda Bárbara Araújo Machado, estudante da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nessa pesquisa, a autora explica que, apesar de o conceito ter se popularizado somente por volta do ano de 2020 no Brasil, a palavra *interseccionalidade* foi citada oficialmente pela primeira vez em 1989, pela jurista e professora americana Kimberlé W. Crenshaw, através da publicação do artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics” (2017 apud

MACHADO, p. 03). A partir desse estudo, Crenshaw tem o intuito de mostrar a importância de articular as diversas opressões, como classe, gênero e raça, visto que as mulheres não são iguais, pois sofrem opressões distintas. Então, é necessária uma metodologia que permita que todas as mulheres enxerguem essas diversas intersecções.

Neste mesmo estudo de Crenshaw, a autora compara a interseccionalidade com diversos cruzamentos em uma mesma avenida, sendo que esses cruzamentos são as diversas opressões que as mulheres podem sofrer ao longo de suas vidas. Porém, algumas dessas mulheres encontram mais pedras ao trilharem os seus caminhos, independente da rua que escolherem atravessar. Nesse sentido, conforme Carla Akotirene menciona, a reflexão interseccional estabelece a indissociabilidade entre o capitalismo e o racismo, o que expõe as mulheres negras à violência e à desigualdade de gênero mais que as outras. Sendo assim, o termo define um posicionamento específico do feminismo negro frente a essas opressões “desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Esse posicionamento é vital para entendermos o motivo pelo qual uma mulher negra e pobre sofre uma opressão diferente de uma mulher negra da classe dominante, por exemplo. Assim, entendendo as diversas opressões é que podemos compreender os lugares em que as mulheres se encontram na sociedade.

Acredito que a interseccionalidade pode ser uma possível solução para mudanças nas estruturas sociais, desde que haja conhecimento mais profundo sobre o significado e a história das classes; do contrário, será apenas um termo a serviço do senso comum midiático, como se tornou o conceito de *empoderamento* com a disseminação distorcida pelo feminismo liberal. É necessário discutir a pauta central e mais urgente que é a exploração das classes trabalhadoras, para que as possibilidades de superação do racismo, do machismo e demais opressões sejam possíveis. Dessa maneira, é coerente considerar que a maternidade deve se tornar um ponto central nas discussões feministas, juntamente com as distintas necessidades das mulheres, visto que, quando mulheres brancas ignoram essa realidade e lutam apenas contra uma parte das opressões, fortalecem a própria estrutura opressora. Sobre essa questão, a escritora estadunidense Bell Hooks aborda em *Teoria feminista: da margem ao centro* que:

Quando o movimento feminista contemporâneo surgiu, eu (e muitas outras mulheres negras) costumávamos ouvir das mulheres brancas, fosse nas aulas de estudos da mulher, em grupos de conscientização, em encontros etc., que a falta de participação de mulheres negras não era devido a um problema estrutural do movimento feminista, mas antes um indício de que as mulheres negras já eram livres. (1952, p. 84).

Posto isto, incluir a questão do racismo nas discussões feministas permite que os indivíduos reflitam sobre o quanto esse problema estrutural em nossa sociedade exige reflexões, estudos e entendimento sobre os lugares que ocupamos e as nossas ações enquanto sujeitos. Quando mulheres brancas não reconhecem os seus privilégios, acabam perpetuando o racismo, uma vez que não rompem com estruturas e hierarquias raciais injustas e já enraizadas em nosso contexto social.

Por conseguinte, sobre a perspectiva de gênero e classe, bem como as consequências da escravidão, na obra *Calibã e a bruxa - mulheres, corpo e acumulação primitiva*, a filósofa italiana, e radicada nos Estados Unidos, Silvia Federici aborda a transição do feudalismo para o capitalismo, a partir da perspectiva histórica da mulher, que é o oposto ao que nos é ensinado no sistema de ensino. Trata-se de uma pesquisa densa e dolorosa, visto que a caça às bruxas matou milhares de mulheres e as demonizou para servirem de recurso natural ao sistema capitalista, assim como os africanos escravizados.

Nesse período, os saberes e a autonomia das mulheres foram massacrados, junto do controle dos seus corpos e bens materiais. Conforme Federici menciona: “A caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre a sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor” (2015, p. 30). Assim, as bruxas nada mais eram que mulheres subversivas ao sistema imposto, e que valorizavam a sua intelectualidade e liberdade para se afirmarem no mundo. No entanto, embora o estudo de Federici seja muito relevante para o entendimento mais aprofundado de certas estruturas sociais que se mantêm similares até os dias atuais, é necessário pontuar que, mesmo na fase autoritária da caça às bruxas, as mulheres negras não detinham nem o direito de se rebelarem, pois se encontravam em condições muito mais desumanas enquanto escravas.

Consequentemente, a respeito das questões étnicas, a socióloga estadunidense Angela Davis aponta que as mulheres negras possuem necessidades na luta pela igualdade de gênero que ultrapassam as pautas das mulheres brancas, tendo em vista o racismo estrutural presente na sociedade. Na obra *Mulheres, raça e classe*, a autora afirma que: “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de sua casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido desde a escravidão”. (2017, p. 17). Ou seja, as estatísticas atuais sobre desigualdade de gênero e etnia apontam reflexos das injustiças cometidas desde o período escravista. Ainda que permaneçam muitas necessidades de diálogos e reconhecimento dessas problemáticas pelos feminismos e pela sociedade, bem como a implementação de políticas públicas que promovam a supressão da desigualdade, a maternidade compulsória e a não

romantização de ser mãe vêm se tornando mais evidentes nas mídias sociais, nas produções acadêmicas e nas publicações literárias. A literatura, como possibilidade de problematização da sociedade, serve de instrumento subversivo para que reconheçamos os papéis das mulheres nos âmbitos sociais.

A partir desse viés, na literatura, destacam-se grandes personagens que desempenham o papel de mães; algumas mais conservadoras, outras mais progressistas, porém todas buscando se reencontrar com o seu propósito na vida. Na obra *Rumo ao farol*, de Virginia Woolf, romance que ocorre entre o pré e o pós-guerra da Primeira Guerra Mundial, observamos duas personagens com perspectivas dicotômicas: a Sra Ramsay e a senhorita Lily Briscoe. A Sra. Ramsay é uma mulher forte, que se esforça para manter a harmonia familiar e a vida dos filhos em ordem, indo contra a amargura e o ego do marido, um homem perdido em sua inteligência e melancolia. Já a senhorita Lily Briscoe é uma mulher que questiona os padrões da época e preza pela sua autonomia. Através de um narrador onisciente e dos fluxos de consciência das personagens, identificamos realizações pessoais distintas. Enquanto a Sra. Ramsey vê a sua felicidade na maternidade e na busca por manter a família unida, a senhorita Briscoe opta por sua liberdade de solteira e a ausência de filhos, o que provoca reflexões na Sra. Ramsey e desconforto em outros personagens da narrativa. A casa de veraneio, cenário para o enredo, passa por diversas mudanças conforme a passagem do tempo, assim como a vida das mulheres no período entre guerras.

Além disso, há outras personagens que, embora não sejam transgressoras explicitamente, nos soam próximas e familiares, como se as conhecêssemos intimamente fora das narrativas, tornando esse fato transgressor em si, tendo em vista que nos despertam reflexões sobre as nossas construções e as mulheres que nos rodeiam. É o caso de Úrsula Amaranta, a matriarca inesquecível de *Cem anos de solidão*, do autor Gabriel Garcia Marques. Na cidade distópica de Macondo e na estrutura patriarcal de um núcleo familiar latinoamericano, Úrsula é o ponto central para manter a rotina da família equilibrada. Além disso, também estabelece esse papel na cidade, mesmo não ocupando cargos de lideranças políticas ou militares como os homens. A personagem enfrenta com coragem a solidão e a realidade de tempos difíceis, para a proteção da sua família e comunidade, administrando sentimentos como o luto e a dor da violência.

Por conseguinte, na literatura mais contemporânea, há diversas obras nas quais são abordadas questões complexas sobre a maternidade e a posição social da mulher, tão antigas quanto o tempo de nossas bisavós. Logo, o tema se tornou mais comum na literatura mundial, sendo traduzidos romances notórios por editoras importantes no Brasil, como por

exemplo *Morra, amor*, de Ariana Harwicz (Instante, 2019); *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta (Dublinense, 2018); *A filha perdida*, de Elena Ferrante (Intrínseca, 2016) - dentre outras publicações de Ferrante que abordam o assunto; e *Hibisco roxo*, de Chimamanda (Companhia das Letras, 2011).

No cenário brasileiro, há o destaque do romance *Com armas sonolentas*, de Carola Saavedra (Companhia das Letras, 2017), que conta a história de quatro mulheres de uma mesma família que estão presas pelo mesmo emaranhado do destino, de acordo com a dinâmica de uma fita de Moebius, ou seja, uma corda cujas pontas são coladas de maneira invertida, tornando o lado de dentro também o de fora. Entre as quatro personagens fascinantes existe a Anna, que reflete sobre a sua relação com a filha, evidenciando o quanto o amor materno é construído e não um pressuposto biológico. O excerto a seguir, exemplifica as breves reflexões feitas na obra de Saavedra e nas demais mencionadas anteriormente.

Eu fiz tudo isso: gastei, pari e vesti e alimentei um pedaço de carne, chamado também de “outro ser humano”, e limpei suas secreções e excrementos e o coloquei num berço a salvo de intempéries e predadores, eu fiz tudo isso que minha mãe e minha avó e minha bisavó e minha tataravó e minha tataratataravó haviam feito, mas nem por isso tornei-me mãe. (2018, p. 176).

Há também narrativas que, embora não tenham como único tema a maternidade, a trazem com extrema relevância, como *A Vida invisível de Eurídice Gusmão*, de Martha Batalha (2016, Companhia das Letras), que ganhou adaptação cinematográfica e disputou uma indicação ao Oscar de 2020 na categoria de Melhor Filme Estrangeiro; e o *Conto da aia*, de Margaret Atwood, que recebeu uma versão na premiada série *The handmaid's tale*.

Nesse contexto, também integram outras obras da literatura brasileira contemporânea, como são os casos de *Suíte tóquio*, de Giovana Madalosso (Editora Todavia, 2020) e *Uma duas*, de Eliane Brum (Editora Arquipélago Editorial, 2018). Assim, produções artísticas como essas auxiliam as mulheres a estabelecerem o lugar que destinam à maternidade dentro de suas vidas pessoais e a forma como se enxergam nesse papel. Ademais, determinadas obras da literatura contemporânea também possibilitam que todos os indivíduos possam exercer a alteridade, ou seja, reconhecer que cada sujeito e contexto cultural possui a sua singularidade, e que o entendimento do outro é uma fundação do eu. O termo *alteridade* deriva da palavra em latim *alteritas*, que significa ser o outro, ou seja, oferece o exercício de colocar-se no lugar do próximo.

O sociólogo e escritor francês Eric Landowski, na obra *Presenças do outro*, aborda que a existência de um indivíduo é condicionada pelo que ele se diferencia do outro - “O que eu sou é o que você não é” (2002, p. 25). Assim, ao notar tais distinções entre as identidades, é possível conhecer-se a si mesmo. Portanto, para o autor, o conceito de identidade não é sinônimo de alteridade, tendo em vista que o ser humano necessita de interações e conflitos consequentes da diversidade para ressignificar a própria identidade. Sobre essa relação, o autor afirma:

Com efeito, o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade do outro atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou - como será o caso aqui - da consciência coletiva, a emergência do sentimento de "identidade" parece passar necessariamente pela intermediação de uma "alteridade" a ser construída. (2002, p. 03).

Nessa perspectiva, as representações das figuras das mães na literatura podem estabelecer a prática da alteridade, à medida em que espelhamos nossos anseios, frustrações e desejos vivenciados pelas personagens. Assim, embora uma mulher ainda não tenha experienciado a maternidade, consegue se aproximar da realidade de ser mãe a partir da ficção, se reconhecendo - ou não - nesse papel, ou, se tornando capaz de compreender certas dores e culpas que envolvem as mulheres que têm filhos. Além disso, também é possível relacionar personagens como Sra. Ramsey, Úrsula e tantas outras com as mulheres que fazem parte da nossa construção pessoal, bem como com o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Outrossim, a possibilidade de se colocar no lugar do outro rompe com o sexismo, visto que, qualquer sujeito, independente de gênero e contextos sociais, são capazes de se colocarem no lugar do outro, contribuindo para que se rompam estruturas coloniais e patriarcais.

Diante dessas considerações, este trabalho pretende analisar os estereótipos da figura materna, em contraponto com os diferentes contextos sociais das personagens dos contos selecionados - que compõem o cenário da literatura brasileira contemporânea - e com o lugar da mulher na sociedade. Os critérios para a escolha das narrativas a serem examinadas se devem às diferentes realidades da representação de mães pela literatura, em especial as concepções contrárias ao padrão ideal de maternidade. Assim, trata-se dos seguintes contos e escritoras: *Maria e Quantos filhos Natalina teve?*, de Conceição Evaristo (2017); *A Teta racional e XX + XY*, de Giovana Madalosso (2016); e *Laços de família e Feliz aniversário*, de Clarice Lispector

(1960). Nessas narrativas, ao observar estas personagens mães, busca-se investigar como a maternidade é estabelecida entre as necessidades díspares que existem entre as mulheres.

Para responder às reflexões propostas, será realizada uma retomada bibliográfica acerca da história da mulher, dos conceitos a respeito dos feminismos e da representação da maternidade. Tais embasamentos foram pautados nos estudos teóricos das obras *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter (1985); e *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949) e *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis (1981). Por conseguinte, com o intuito de comparar as questões da maternidade na contemporaneidade, serão apresentadas reflexões desenvolvidas nas obras *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*, de Orna Donath (2017); *Quem tem medo do feminismo negro?*, de Djamila Ribeiro (2018); *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, de Heloísa Buarque de Holanda (2019); *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*, de Maria Amélia de Almeida Teles (2017); *Feminismo em comum - para todas, todes e todos*, de Marcia Tiburi (2017); *Contra os filhos*, de Lina Meruane (2018); *Teoria king kong*, de Virgine Despentes (2006), *O feminismo é para todo mundo*, de Bell Hooks (2018); e *Calibã e a bruxa - mulheres, corpo e acumulação primitiva*, de Silvia Federici (2017).

Dando sequência aos objetivos apresentados e propósitos que motivaram esta pesquisa, o capítulo 2 do presente trabalho busca estabelecer a relação dos movimentos feministas com as realidades das diferentes mulheres na sociedade. No capítulo 3, procura-se abordar a representação idealizada da figura da mãe, a partir de um recorte histórico e social. No capítulo 4, propõe-se analisar as narrativas literárias a partir de um ponto em comum para todas as maternidades: a solidão advinda da culpa e de estruturas sociais. No capítulo 5, procura-se relacionar as construções da maternidade no decorrer do século XXI, comparando questões que mudaram com outras que permanecem iguais, principalmente em relação às personagens e mulheres marginalizadas. Por fim, no capítulo 6, intenciona-se trazer uma conclusão acerca das análises feitas, visando contribuir para a inclusão de novas perspectivas a respeito da literatura e da questão da maternidade no cenário contemporâneo, propondo rupturas de antigos padrões.

Acredito que a literatura seja um instrumento transformador de análise e de debate para as questões que permeiam a construção social de cada indivíduo, sobretudo da mulher, visto que o texto literário é o reflexo das angústias e expectativas da sociedade. A respeito dessa questão, há uma citação marcante do autor brasileiro Antonio Candido, no texto *O direito à literatura*, que sempre me emociona e ressignifica o poder da literatura: “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade

de vivermos dialeticamente os problemas”. (CANDIDO, 1989, p. 113). Portanto, instigar o diálogo sobre os estereótipos que dizem respeito à maternidade nas produções acadêmicas e suas diferentes representações, a partir da literatura, significa promover a possibilidade de mudanças culturais futuras, principalmente em relação à imagem maternal idealizada para a mulher.

2 MÃES PLURAIS: CONTEXTOS E FEMINISMOS

“Feministas são formadas, não nascem feministas”.
(HOOKS, 2015, p. 25).

Os estudos feministas vêm se constituindo nas últimas décadas dentro das ciências sociais e humanas, se expandindo, cada vez mais, em outros campos de estudos, o que inclui a literatura. Essa área de pesquisa é consequência do movimento social de mulheres que, no século XX, especialmente nos anos 30 e 40, forneceu as bases para a legitimação dos estudos feministas. Nesse processo de institucionalização, há enlaces com perspectivas diferentes, constituindo teorias e conceitos em um campo não unificado de pensamento, que resultou em um diálogo com diversidade teórica, como por exemplo, o marxismo, a psicanálise, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, tendo como consequência uma pluralidade de reflexões de diferentes e conflitantes influências.

A história do feminismo é marcada por essa pluralidade e, para compreendê-la, é preciso entender as distintas fases da discussão feminista no decorrer dos dois últimos séculos. Os contrastes ao longo do desenvolvimento do movimento intelectual e político feminista produziram múltiplas abordagens teóricas e práticas para a compreensão da realidade das mulheres, bem como das relações sociais de gênero. Em razão da multiplicidade de perspectivas e sujeitos, a concepção de diferentes ondas tornou-se um recurso metodológico para descrever essa trajetória. Essa denominação evidencia os objetivos perseguidos em cada uma delas, sendo que a periodização mais frequente divide o movimento em três gerações. A respeito das ondas feministas, Heloísa Buarque de Hollanda (2019) explica o processo de cada fase, traçando uma relação com os acontecimentos que ocorreram ao mesmo tempo no Brasil.

O movimento feminista teve seu início entre o final do século XIX e início do século XX, sendo conhecido como a primeira onda feminista. As mulheres, instigadas pelas propostas de mudanças sociais da revolução francesa, começaram a questionar as desigualdades a que eram submetidas e a reivindicar por seus direitos. Nesse período, surgiu o movimento sufragista, formado principalmente por mulheres inglesas, que tinha o intuito de garantir o voto feminino nas eleições políticas.

No Brasil, a primeira onda teve a importante liderança de Nísia Floresta, também com as discussões centralizadas no direito ao voto. No território brasileiro, as batalhas eram mais primárias, pois inicialmente precisávamos ser reconhecidas como indivíduos capazes de produzir ideias, entre todos os tipos de preconceito. No debate feminista contemporâneo, há uma ênfase na reflexividade sobre o lugar de fala e as diferentes posições dos sujeitos, considerando as críticas de indivíduos historicamente subalternizados que possuíram pouco ou nenhum espaço para falar de si, seja nas mídias ou na academia.

Sobre esse período, Djamila Ribeiro afirma: “Assim, em 1922, nasceu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem necessidade de autorização do marido.” (2018, p.45). Por conseguinte, desde esse momento, não foram incluídas de maneira igualitária pautas interseccionais pelas ativistas brancas, ou seja, a dupla discriminação que as mulheres negras passavam - e ainda passam - tanto de gênero quanto de raça. Angela Davis (1981, p. 85) afirma que as lideranças do movimento sufragista não traziam para a pauta as necessidades da população negra nos Estados Unidos e em outros países. Assim, as mulheres negras não eram incluídas nessas organizações, não sendo levantadas as denúncias contra o racismo, além da discriminação de gênero.

Nesse sentido, para a escritora Bell Hooks há um aspecto histórico que deve ser ressaltado sobre essa questão, visto que “uma vez que primeiras pessoas no planeta Terra não eram brancas, é improvável que as brancas tenham sido as primeiras mulheres a se rebelarem contra a dominação masculina” (2015, p. 75). Dessa forma, Hooks menciona a questão da cultura ocidental, que é patriarcal e capitalista, se referindo ao fato de que a ideia colonialista determina as ações de várias práticas culturais. Logo, esse raciocínio foca na conquista de um território e ao direito de governar, não à liberdade individual dos sujeitos:

As políticas feministas contemporâneas não surgiram como resposta radical ao neocolonialismo. Mulheres brancas com privilégio de classe rapidamente se declararam “proprietárias” do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras. (2015, p. 75).

Portanto, mulheres brancas e com poder de classe, que se apresentaram como líderes do movimento, poderiam não ter colocado em segundo plano as necessidades em busca da igualdade desse outro grupo. No campo acadêmico, também nos deparamos com as consequências dessas ações, ao verificarmos bibliografias e referências eurocêntricas nas

disciplinas e pesquisas da universidade, isto é, uma “quase colonização teórica” - termo citado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019, p. 9). A respeito disso, a autora destaca que:

Apenas nos últimos anos, provavelmente em razão da emergência dos debates feministas interseccionais, começamos a reconhecer a importância de pensadoras latino-americanas e mestiças. Como se autodenominam as intelectuais chicanas (americanas com pais mexicanos) e latinas, e trazer agora a perspectiva decolonial com suas sérias ressalvas às teorias de caráter eurocêntrico. (2019, p. 9)

Por conseguinte, na segunda onda feminista, ao redor de 1960, a luta por igualdade social se intensificou e ampliou por outros países, fazendo com que as mulheres indagassem as formas de submissão e desigualdades que enfrentavam. Nesse período, foram desenvolvidas nos Estados Unidos e na Inglaterra três correntes do pensamento feminista: o liberal, o socialista e o radical, que buscavam explicar de formas distintas as origens e as causas da opressão patriarcal. Algumas vertentes do feminismo socialista afirmam que a opressão sexual teve origem no momento do surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada, que vai de encontro com a pesquisa da autora Silvia Federici citada anteriormente.

Nessa perspectiva, a estrutura de classes implica uma divisão desigual do trabalho, tendo por base o sexo. Assim, a opressão seria superada apenas no momento em que fosse instaurada outra forma de organização com uma sociedade sem classes, como no socialismo, conforme aponta a pesquisadora e professora brasileira Adriana Piscitelli (2002). Por outro lado, o feminismo radical compreende as causas da desigualdade e da opressão das mulheres, ao longo do tempo e das culturas, como resultado do modo como os seres humanos se reproduzem. Para essa perspectiva, a condição das mulheres está relacionada à reprodução, visto que, sendo o único ser humano capaz de gerar uma vida e amamentar, a mulher ficaria parte do período de desenvolvimento do bebê em função de seus cuidados, o que a torna prisioneira da biologia e a força a uma submissão aos homens.

Portanto, o corpo feminino torna-se o foco de onde derivam as características que justificam a dominação masculina, de acordo com Piscitelli (2002). Algumas estudiosas e ativistas do feminismo radical consideram que os critérios definidos do pensamento influenciado pelo marxismo para a exploração são superficiais para o feminismo. Segundo essas feministas, de acordo com a ideologia marxista, a classe, por exemplo, determinaria condições objetivas de exploração, definindo as mulheres como oprimidas e opressoras, na medida em que as mulheres brancas de classe média não poderiam ser consideradas

oprimidas. Contudo, as feministas radicais afirmam que a opressão inclui todas as mulheres. (PISCITELLI, 2002).

Em relação a esse contexto no Brasil, a tensão se intensificou devido à ditadura militar que instaurou uma crise na democracia do país. Sendo assim, “Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, essa geração combateu a ditadura militar (RIBEIRO, 2018, p.45). Nesse período, junto da repressão, as mulheres brasileiras vivenciaram mudanças na vida cotidiana, no mercado de trabalho e nas suas relações com os homens por fatores diferentes, mas com mecanismos parecidos com os pesquisados e relatados por Silvia Federici no horror da caça às bruxas. De acordo com Maria Amélia Telles:

O aceleramento da expansão do capitalismo, o crescimento do parque industrial, a negação e proibição da reforma agrária e a expulsão da população do campo foram motivos suficientes para o deslocamento rápido da população rural para as áreas urbanas. As mulheres foram as primeiras a sentir essas mudanças. (2017, p. 216).

Nessa mesma fase, houve a descoberta da pílula anticoncepcional, que ofereceu às mulheres o benefício do prazer sexual, sem o receio da gravidez indesejada. Assim, passaram a ter menos filhos, podendo se dedicar mais à profissionalização e às exigências do mercado de trabalho. Todavia, para as mulheres militantes da época, que lutavam pela igualdade de gênero e contra a opressão ditatorial, a dinâmica tornava suas conquistas quase escassas devido à violência e aos perigos aos quais eram expostas. De acordo com Telles, até mesmo dentro do próprio movimento político contra a ditadura o machismo imperava, tendo em vista que os homens da época:

[...] não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam militantes que fugiam do estereótipo de submissão, da dependência, do amor incondicional aos filhos e da incapacidade de tomar decisão. (2017, p. 224).

Sobre essa perspectiva, a autora também menciona que a tortura foi usada sem censura pelos militares para homens e mulheres brasileiros. Porém, as mulheres foram violentadas de forma mais intensa através de estupros e mutilações, deixando, muitas vezes, filhos órfãos ou não podendo mais serem mães.

Mais adiante, após a democracia se reestabelecer, nos anos 1990 e 2000, o que corresponde a terceira onda feminista, os estudos se ampliam com a força dos ativismos e discussões entre os jovens. Nessa fase, denominada Pós-moderna, a visibilidade de diferentes

mulheres e demandas evidenciou as diferenciações dentro do próprio movimento feminista, com visões e definições diversas sobre o que é ser mulher e o que é feminismo. Sendo assim, surgiram múltiplas abordagens teóricas, tais quais: feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo indígena, transfeminismo, feminismo islâmico, feminismo africano, dentre outros. Esses feminismos compõem um debate de descolonização do pensamento feminista das gerações anteriores, ou seja, um feminismo marcado pelas demandas de mulheres brancas europeias e estadunidenses. De acordo com a escritora e pesquisadora brasileira Heloísa Buarque de Hollanda, na introdução da obra *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*, esses acontecimentos foram determinantes para que se estabelecesse o cenário e discussões atuais, conforme excerto abaixo:

Nas universidades, proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicam os trabalhos universitários no formato de teses, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, agora não apenas exclusivos das ciências sociais. As áreas de letras, belas-artes, comunicação e arquitetura são surpreendidas pela entrada maciça de pesquisadoras particularmente interessadas nas questões de desconstrução das noções de gênero e sexualidade, a diversidade dos feminismos – agora sempre usado no plural - , colocando em pauta o debate sobre lugar de fala, ou seja, o direito de autorrepresentação dos diversos segmentos feministas. (2019, p. 19)

Do ponto de vista epistemológico, o campo de estudos feministas, principalmente a partir das obras literárias, tem se revelado como transformador e bem fundamentado, tanto metodologicamente quanto como desenvolvimento crítico e filosófico, visto que tem se destacado dentro da ciência e dado vozes às mulheres como sujeitos protagonistas da história. Outrossim, além de denunciarem a produção do conhecimento acadêmico centralizado no eurocentrismo, também se desafiam a não reproduzirem as mesmas dominações científicas e canônicas das quais criticam. Porém, essa ruptura deve se estender fora dos muros acadêmicos, para que, de fato, tenhamos mudanças significativas na sociedade. Neste ponto, se estabelece não somente com as autorias que escolhemos como corrente teórica, ou as obras que selecionamos para o corpus literário, mas, também, com a linguagem que empregamos nas nossas pesquisas. Há diversos trabalhos acadêmicos importantes que os próprios estudantes, de programas de pós-graduação conceituados em universidades brasileiras, encontram dificuldades para compreender os textos de certos trabalhos, o que já torna uma representação dos moldes que tanto criticamos, pois realizamos uma pesquisa para a evolução da sociedade e não apenas para uma comunidade acadêmica.

A respeito da distância entre teoria e prática, Bell Hooks critica sobre como o pensamento feminista se beneficiou de todas as intervenções críticas a respeito de raça, visto que houve poucos avanços na realidade:

Ainda que mulheres brancas tenham incorporado uma análise sobre raça em grande parte do trabalho feminista acadêmico, esses reconhecimentos não tiveram tanto impacto nas relações diárias entre mulheres brancas e mulheres não brancas. Interações antirracistas entre mulheres são difíceis em uma sociedade que se mantém segregada racialmente. Apesar das configurações diversas de trabalho, a maioria das pessoas ainda socializa somente com pessoas do seu próprio grupo. (2015, p. 93-94)

Partindo dessa constatação, na contemporaneidade, as escritoras negras colocam em evidência os acontecimentos que por muito tempo foram negados na história e na literatura, sobretudo os processos de opressão vivenciados pela população negra. As autoras estão conseguindo, através da literatura contemporânea, reescrever a sua história e ressaltar a sua ancestralidade, ao denunciar uma sociedade sexista e racista.

Portanto, obras como as da escritora brasileira Conceição Evaristo mostram que mulheres que vivenciam a violência sobre os seus corpos têm os seus direitos negados. Assim, é necessário pontuar que as adversidades que uma mulher negra enfrenta acerca da maternidade são distintas das da mulher branca, bem como entre a mulher periférica e a da classe média. Em visto disso, relativamente à literatura, Regina Dalcastagnè ressalta que reunir personagens protagonistas negros “nas páginas de um livro é um gesto político que exige alguns ajustes estéticos, até porque essas personagens, como já foi dito, não costumam frequentar nossa literatura como protagonistas”. (2014, p. 296).

No Brasil, somente em 1995, foi publicado o primeiro artigo discorrendo sobre os estudos das relações de raça, através de uma publicação de Bell Hooks, pois, até então, as revistas abordavam o movimento negro, mas não direcionavam especificamente para as questões feministas. Enquanto as mulheres brancas lutavam para ter direito de trabalhos mais igualitários, estudo e voto, as mulheres negras buscavam garantir direitos básicos como moradia e alimentação. Dessa forma, foram invisibilizadas e continuavam cuidando das residências e dos afazeres domésticos para que as mulheres brancas conseguissem conquistar e circular nos espaços públicos – inclusive no literário.

Assim, o feminismo no Brasil teve início para atender mulheres que legalmente não existiam como cidadãs e, conseqüentemente, não tinham a liberdade de participar da vida pública. A partir dos anos de 1980, o feminismo negro começou a ganhar força no Brasil, surgindo durante o *II Encontro feminista latino-americano*, com a *Organização de mulheres*

negras em busca de visibilidade no meio feminista. Após esse momento, surgem os primeiros coletivos e encontros de mulheres negras, em que novas estudiosas aparecem reafirmando a necessidade de o feminismo negro ser posto em pauta, como foi o caso da intelectual e ativista Lélia Gonzales, pioneira nos estudos sobre a cultura negra do Brasil, bem como cofundadora do *Instituto de pesquisas das culturas negras* do Rio de Janeiro e do *Movimento negro unificado*.

No cenário atual, destaca-se a filósofa Djamilia Ribeiro, que aponta a mulher negra como figura essencial na construção intelectual em ambientes privilegiados, como, por exemplo, as universidades, uma vez que desestabilizam o eurocentrismo imposto. De acordo com a estudiosa, “o feminismo negro surge para romper com essa universalidade do sujeito mulheres, colocar as mulheres como sujeitos políticos” (2018, p.17).

Desse modo, mesmo a experiência da maternidade sendo bastante significativa e simbólica na vida das mulheres, concretizada ou não, os estudos até então não questionavam o motivo pelo qual a literatura não abordava tais experiências, principalmente através de personagens negros. A mulher negra, nesse contexto, é duplamente discriminada, tanto através do preconceito de gênero quanto de raça, pois mesmo quando o estado não oferece condições ideais para se cumprir o papel idealizado de boa mãe, não se priva de cobrar delas um determinado comportamento.

No mundo corporativo, inclusive na área da educação, podemos observar que em uma reunião com gestores de uma organização, na maioria das vezes, é raro encontrarmos mulheres negras ocupando cadeiras. Desse ponto de vista, a questão de gênero se torna ainda mais ausente de representatividade, não havendo o lugar de uma mulher negra desde cargos mais iniciais até os de lideranças. Aprofundando esse ponto de vista, Bell Hooks afirma que:

O foco do feminismo na construção da carreira, em mulheres com empregos bem remunerados, não somente alienou uma multidão de mulheres do movimento feminista como também permitiu que ativistas feministas ignorassem o fato de que o aumento da entrada de mulheres burguesas no mercado de trabalho não era sinal de que as mulheres como grupo estavam alcançando poder econômico. Se tivessem olhado para a situação econômica das mulheres pobres e da classe trabalhadora, teriam visto o crescente problema de desemprego e aumento de mulheres de todas as classes para o grupo de mais pobres. (2015, p. 85).

Factualmente, a história dos povos africanos foi, durante muito tempo, apagada, em grande parte devido às ideias preconcebidas a respeito do continente africano, disseminada principalmente pelos europeus, nos séculos XVIII e XIX. Como as sociedades africanas não

apresentavam as mesmas crenças religiosas e convicções políticas, não possuíam padrões de comportamento semelhantes aos do mundo europeu. Assim, o que ocorreu no mundo também se sucedeu no Brasil com a colonização portuguesa: o silenciamento de uma população inteira, como se não tivesse história e nem uma civilização organizada. Assim, é possível perceber, ao longo da história do Brasil, que a formação do país se deu com base nos preceitos de uma sociedade firmada sobre os princípios patriarcais e escravistas, que acabaram por impulsionar um processo de reprodução das desigualdades sociais que ainda perpetuam atualmente. Sendo assim, as mulheres negras estão inseridas em um contexto de desigualdades básicas consequentes do racismo, entre as quais se encontra como um dos desafios a questão da maternidade.

Em paralelo, além das questões étnicas e sociais, é essencial estudarmos sobre como a imagem da mãe ideal, baseada em crenças cristãs e costumes ocidentais, foi estabelecida no mundo contemporâneo. Nesse viés, a literatura pode ser um instrumento poderoso de análise, visto que, assim como na sociedade, a maternidade é uma força motriz e ação invencível para as personagens femininas. Até mesmo nas obras em que o papel da mãe não é romantizado, a maternidade ou a não maternidade passa a ser o centro de suas vidas em algum momento. Elas buscam os seus filhos desaparecidos, matam ou morrem por eles, e todas as ações podem ser justificadas quando uma mulher deseja ser mãe ou proteger a sua família. A partir desse viés, na sociedade, a impossibilidade de ter um filho deveria destruir ou enlouquecer as mulheres, mas no momento em que ocorre o oposto - quando as mulheres se desprendem dessas imposições - podem ser crucificadas eternamente, pois não há nada mais incômodo que uma mulher livre em um mundo ainda governado pela hipocrisia do machismo. Portanto, reconhecer as representações maternas consideradas ideais nos possibilita o benefício de escolhas mais conscientes e assertivas, levando em consideração todas as nossas diferenças individuais e contextos sociais distintos.

3. A FIGURA DA MÃE IDEAL

“Uma mãe não é nada além de uma filha que brinca.”
(FERRANTE, 2016, p. 98)

A maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada à Maria, símbolo do indefectível amor oblativo (BADINTER, 1985, p. 9). Sendo assim, faz-se necessário discutir qual a imagem de mãe que a sociedade preserva até os dias de hoje. Se antes a mãe estava envolta no mito cristão da Virgem Maria, principalmente na literatura produzida por homens, ou seja, a maternidade encarada como bênção divina e, desse modo, devendo ser aceita com resignação e eterna gratidão por ela ser digna dessa graça, na literatura contemporânea, podemos nos deparar com uma galeria de personagens que trazem à tona a complexidade, tanto social quanto psicológica que envolve a maternidade, dessacralizando, em parte, esse mito enraizado não só na cultura de nosso país como na de outros.

Refletir sobre essa questão é essencial para entender a resistência e o espanto da sociedade quando uma mulher se distancia dos padrões ideais de mãe, opta por não engravidar ou interromper uma gestação. Em uma sociedade patriarcal como a vigente, o sistema de privilégios beneficia os homens, visto que estes, na posição de dominadores, lucram com as condições femininas naturalizadas como a gestação. Essas condições femininas repercutem diante de discursos contendo imposições explícitas ou implícitas em nosso cotidiano, seja através de relações familiares, de valores religiosos, ou de influências da mídia, a fim de garantir funções exclusivas das mulheres - como a maternidade. Esses fatores já haviam sido ressaltados pela filósofa e ativista feminista Simone de Beauvoir, conforme trecho abaixo, da obra *O segundo sexo*:

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. Esta condição servia os interesses dos homens, mas convinha também a suas pretensões ontológicas e morais. (1949, p. 199).

Sobre essas questões, a cineasta e escritora francesa Virginie Despentes, em sua obra *Teoria king kong*, relata que, mesmo hoje, na contemporaneidade, ainda é instigado pela sociedade, principalmente através da indústria de entretenimento, que ter filhos seja um objetivo na vida das mulheres, visto que a maternidade “se tornou uma experiência feminina inevitável, a mais valorizada de todas: dar vida a alguém, que coisa fantástica. A propaganda pró-maternidade foi poucas vezes tão martelada” (2006, p.18). Porém, o incentivo a gestar não se equipara à igualdade de oportunidades oferecidas à mulher, ou seja: “A felicidade feminina não existe sem filhos, mas criá-los em condições decentes será quase impossível” (2006, p.18). A partir dessa perspectiva, a autora considera que, desde a primeira onda feminista, não foi provocada uma reflexão profunda a respeito dos cuidados com as crianças, o que fez com que as mulheres se inserissem no mercado de trabalho recebendo salários mais baixos e seguissem responsáveis pela educação dos filhos e pelo serviço doméstico, conforme argumenta a seguir:

Trabalho voluntário, logo, feminino. Não saímos da condição do trabalho artesanal. Seja política ou economicamente, não ocupamos o espaço público, não nos apropriamos dele. Não criamos creches nem lugares destinados a tomar conta das crianças de que tanto precisávamos, não criamos sistemas industriais de trabalho doméstico que poderiam ter nos emancipado. (2006, p. 19).

O fato é que a maior parte da humanidade não existiria sem o trabalho e cuidado de uma mulher. Se chegamos até aqui, é porque durante uma fase, uma pessoa, quase sempre uma mulher, dedicou incontáveis horas à nossa saúde, nutrição, educação e higiene. Porém, por muitas razões patriarcais, esse trabalho tão imprescindível não só não é remunerado, como também não é valorizado pelas próprias pessoas que se beneficiam dele. Exemplo disso é que muitas mulheres sentem que precisam ter uma vida profissional suficientemente bem-sucedida e uma rotina de reuniões empresariais exaustivas para cobrar de seus companheiros uma divisão mais justa no cuidado com os filhos e os serviços domésticos do lar.

Aparentemente, as mães só têm o direito de cobrarem a divisão das responsabilidades com os homens se puderem responder que também trabalharam por mais de oito horas e estão igualmente cansadas. Por isso, além da questão da reprodução, o cuidado com os filhos também

deve ser uma pauta de interesse da sociedade. No contexto brasileiro, conforme aborda a escritora e ativista brasileira Maria Amélia de Almeida Teles, na obra *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*, no capítulo *A luta pela creche*, a busca por um espaço pedagógico e de cuidados das crianças foi pauta das feministas brasileiras que integravam o cenário político no período da ditadura militar que:

[...] se deu um num processo de intensa e animada luta popular na cidade de São Paulo, com a participação de mulheres da periferia, trabalhadoras vinculadas ao movimento sindical, intelectuais e feministas dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e, mais tarde, do Jornal Mulherio. Essas iniciativas populares tiveram na cidade de São Paulo um cenário privilegiado e se estenderam por diversas outras cidades brasileiras. (2017, p. 181).

Isso evidencia que a questão da educação das crianças foi uma reivindicação das primeiras ativistas brasileiras, apesar de não ser tratada como necessidade crucial pelo Estado. O direito à educação infantil gratuita e com qualidade permanece sendo uma necessidade para a independência das mulheres, principalmente para as trabalhadoras de regiões com vulnerabilidade social nos bairros de periferia, que se encontram longe dos centros urbanos e da preocupação da maior parte dos governantes.

Na literatura brasileira, observamos na obra *O quarto de despejo*, da escritora Carolina Maria de Jesus, o quanto a inserção de políticas públicas, voltadas para essas mulheres invisíveis para o Estado, poderia mudar as suas realidades com acesso a trabalhos mais bem remunerados, creches para os filhos e auxílio justo para a alimentação.

Através de registros em diários, a escritora relata, com escrita sensível e, ao mesmo tempo visceral, e linguagem informal intercalada à norma culta, o seu cotidiano com os seus três filhos em uma favela do Rio de Janeiro. Para conseguir alimentar a família, ela se desdobra trabalhando como catadora de papelão e como lavadeira. Mas, muitas vezes, não consegue alcançar o seu objetivo, apesar de muita dedicação. Carolina Maria de Jesus descreve a fome com uma metáfora da cor amarela - “Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (2005, p. 45) -, no entanto, não há nada de poético nessa realidade, e sim somente nos recursos linguísticos da autora, pois, através de suas histórias, identificamos mulheres e crianças jogadas à própria sorte, como se não fizessem parte da mesma sociedade que habitamos.

A condição digna e mínima de ter alimentação e moradia é um direito básico que todas as famílias deveriam ter, em que se alimentar jamais deveria ser comparado a um espetáculo - “Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?” (JESUS, 2005, p. 45-46).

A partir desses problemas que seguem vigentes, é imprescindível que o conceito de maternidade compulsória seja amplamente popularizado e debatido em todos os espaços sociais. Na obra *Contra os filhos*, a professora e escritora chilena Lina Meruane não é exatamente contra os filhos, conforme a autora ironicamente comenta - “Não escrevo a favor do infanticídio, por mais que o recém-nascido do vizinho ao lado interrompa meu sono” (2014, p. 14). A autora critica a obrigatoriedade da maternidade, a centralidade dos filhos na vida da mulher, os homens que seguem omissos de suas responsabilidades como pais e a “secreta força dos filhos-tiranos nesses tempos que correm, velozes e desaforados como eles” (2014, p. 15).

Diante dessa realidade, é muito difícil arcar com a decisão de não querer ser mãe, vivendo em um contexto que nos empurra para essa decisão, como se fosse o único destino possível para uma mulher. Ademais, a maioria das mulheres querem que sejamos mães, inclusive nossas próprias mães, ou amigas com filhos. Possivelmente, não queiram se sentir sozinhas nesse percurso e julguem que também devemos provar da falta de liberdade. Sobre esse ponto, Meruane critica as “supermães”, conforme o trecho a seguir:

E por que não acrescentar à minha ladainha que sou contra muitas mães. Não todas. Apenas contra as que jogaram a toalha e renunciaram angelicalmente a todas as suas outras aspirações. Contra as que aceitaram procriar sem pedir nada em troca, sem exigir o apoio do marido ou do Estado. Contra as que engravidaram, acreditando que apanhavam um desavisado, e se viram capturadas pelo filho, sozinhas com ele. Contra as que, numa reciclagem atual de mãe-empregada, tornaram-se as mães totais e supermães dispostas a arcar com a casa, profissão e filhos sobre seus ombros, sem reclamar. (MERUANE, 2014, p. 16)

A respeito desse aspecto, é importante pautar que a sociedade explora e apaga essas mães, isto é, talvez a escolha por ser mãe não seja o problema central, como aponta Meruane, mas sim a falta de políticas públicas para as crianças e a equidade na divisão de cuidado com os filhos, que acabam sobrecarregando as mulheres e as colocando em constante desvantagem. Por muitas vezes, durante os trajetos urbanos em trem, ou em outros espaços sociais, é comum identificar mães jovens carregando os seus filhos adormecidos no colo, enquanto seguram com esforço os seus pertences e os da criança no primeiro horário da manhã - provavelmente em creches pagas, nas regiões próximas de seus trabalhos, ocupando a maior parte das suas rendas financeiras. Essa cena é vista poucas vezes protagonizada por homens, seja nos lugares públicos ou familiares.

Essa realidade permanece a mesma no Brasil contemporâneo, de acordo com a última pesquisa do Censo (2010), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação à estatística de gênero e a proporção de famílias com mulheres responsáveis pelos filhos. Ademais, o número cresce consideravelmente para mulheres negras e pardas com renda

de até um salário mínimo (IBGE, 2010, online). Tendo em vista os retrocessos de políticas sociais no Brasil, além das dificuldades econômicas ocasionadas pela pandemia do Coronavírus desde 2020, seria possível constatar, se ocorresse uma nova contagem do Censo neste ano de 2022, um provável aumento da porcentagem de mulheres que comandam sozinhas as suas famílias. A respeito da maternidade solo, Bell Hooks cita que:

Ironicamente, quando pensadoras feministas trabalharam para criar uma imagem mais balanceada de uma cultura de maternagem, a cultura patriarcal dominante lançou uma perversa crítica à maternagem solo e aos lares comandados por mulheres. Essa crítica foi mais dura quando o assunto era bem-estar. Ignorando todos os dados que mostram o quanto mães solteiras amáveis exercem habilidosamente a maternagem com pouca renda – tanto quanto recebem assistência do Estado como quando são assalariadas -, críticas patriarcais chamam atenção para famílias disfuncionais cujo chefe é uma mulher; agem como se isso fosse norma, e então sugerem que o problema poderia ser solucionado se houvesse um homem no contexto, como provedor patriarcal e chefe de família. (HOOKS, 2015, p. 115).

Nesse contexto, é relevante retomar o estudo de Silvia Federici quanto à caça às bruxas, a respeito do intuito do capitalismo manipular a mulher em casa com o trabalho não remunerado e a opressão reprodutiva – “O capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo” (2017, p.37). E, assim, seguem surgindo “novas tecnologias reprodutivas que, mais do que nunca, reduzem as mulheres a meros ventres.” (2017, p. 37).

Retornando ao texto de Lina Meruane, que constitui um tom de manifesto, a escritora disserta sobre como a sociedade defende o império que se tornou a maternidade, sem o estado fornecer as mínimas condições para que essas mulheres exerçam as múltiplas e crescentes exigências que a sociedade impõe. Muitos discursos atuais que cercam esses termos parecem libertários, ecológicos e modernos, mas podem esconder armadilhas, que são defendidas, conforme já exemplificado, pelas próprias vozes femininas. Nesse sentido, Meruane também destaca que não é fácil para a mulher se abster dessas amarras, visto que:

A partir dos vinte anos, a pergunta materna lançada a toda mulher (raramente a um homem) não é se vai ter filhos ou não, mas quando pensa em tê-los. E se o relógio biológico que antes soava aos vinte e tantos falhou e essa mulher passa dos trinta, a fatídica pergunta adquire um volume categórico: ativa-se o despertador social tentando fixar uma data. (2014, p. 20).

Da mesma forma, também é complexo para a “legião de mães-militantes” (2014, p.21) admitir as suas frustrações e, mais ainda, deixar de apontar para as mulheres que decidem não ter filhos, conforme o excerto abaixo:

Enfrentar a apazível ou exultante certeza das mulheres-sem-filhos representa uma contrariedade para as mães que duvidam ou se arrependem sem se atrever a dizê-lo (a dizê-lo a si mesma e aos outros). Faz rebentar uma resignação arduamente construída. Por isso é crucial importunar as sem-filhos. Por isso: assim-alas, questioná-las, interrogá-las, censurá-las. Por isso repreendê-las, mexer a cabeça de um lado para o outro e reiterar gastas repreensões somadas a um sorriso de suficiência. Você vai se arrepender quando for tarde demais, querida. (MERUANE, 2014, p. 22)

Em contrapartida, a mulher, ao identificar esses problemas estruturais, pode restabelecer a busca por sua identidade, tendo em vista que o autocuidado que uma mãe investe em si, também investe diretamente pelo seu filho. O amor materno talvez esteja ligado à nossa integridade como ser humano, e, essa nossa integridade depende do que fazemos apenas por nós mesmas.

É possível que essas mães, ao se colocarem no papel de julgadoras das mulheres que optam por não ter filhos, estejam apenas reproduzindo as imposições que receberam da sociedade, pois não somos encaminhadas a refletir criticamente sobre os nossos corpos e as posições sociais que ocupamos. Além disso, a falta de estrutura emocional e certas frustrações íntimas a respeito da maternidade, podem acarretar uma visão mais intolerante em relação às mulheres que não são mães. Todos os pontos levantados por Meruane contribuem no sentido de evidenciar o nosso papel e as situações que enfrentamos no cotidiano de forma mais crítica. Não podemos, contudo, deixar de colocar em prática a sororidade, umas das armas possíveis para rompermos com essas amarras que refletem em todas as mulheres. Do contrário, estaremos reproduzindo, umas com as outras, a opressão machista na qual estamos inseridas.

Por conseguinte, no capítulo *Do in-fértil cânone*, Lina Meruane traz à tona a questão da maternidade para as mulheres escritoras, apontando *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf, ao comentar que:

Eu diria, voltando à sombria observação de Virginia Woolf, que se a dificuldade é enorme para as mães-profissionais, é ainda pior no caso das mãe-artistas. Eu acho que elas são as menos livres de todas, as que têm mais trabalhos se não contam com uma herança como a que teve a escritora inglesa”. (MERUANE, 2014, p. 76).

Essa é uma observação interessante, visto que a autora menciona escritoras que precisaram lidar com os filhos, os afazeres domésticos e o tempo escasso para a produção criativa, relacionando-as com autoras que não foram mães e atingiram mais sucesso na literatura – “Entre elas houve de tudo, menos vontade de ser mãe” (2014, p. 89). Para exemplificar, Meruane cita escritoras que produziram obras que se tornaram cânones, tais como Santa Teresa D’Ávila, Sor Juana Inés de La Cruz, Jane Austen, Emily Bronte, a própria Woolf, dentre outras. (2014, p. 89 a 103).

Em relação a essa questão, a artista performática Marina Abramovic, em 2016, realizou uma entrevista para o jornal alemão *Tagesspiegel* que causou muita repercussão na mídia. A

artista relatou na ocasião que realizou três abortos durante a sua vida por colocar a sua carreira em primeiro lugar, afirmando que a maternidade poderia diminuir a sua energia e que esse era o motivo pelo qual os homens têm mais sucesso no mundo da arte, visto que a responsabilidade de manter a relação funcional e o cuidado com as crianças recai sobre os ombros da mulher. (FOLHA, 2016, online).

Sabe-se que para qualquer produção artística é necessário tempo para a concepção do que se pretende desenvolver e, se for tratar de literatura, para a escrita. Embora existam artistas que são mães e possam argumentar que a maternidade lhes trouxe mais inspirações para produzir, é inegável que se a mulher realmente se dedicar à maternidade, o seu tempo livre para criação será escasso, principalmente nos primeiros anos de vida de uma criança.

Em 1920, Virginia Woolf, na obra *Um teto todo seu*, abordou essas problemáticas envolvendo a criatividade e a maternidade, dentre outras questões que oprimiam as mulheres daquele tempo - e que ainda seguem bastante atuais. Woolf indaga a respeito do que seria necessário para uma mulher escrever ficção, respondendo que se resume a ter um espaço com silêncio para escrever e independência financeira.

Mesmo nessas condições, a autora nos permite entender que a situação das mulheres pode continuar desfavorável mesmo no período contemporâneo, ao desenvolver determinados trabalhos que não são considerados adequados para o gênero feminino, visto que também é necessário que tenhamos validação social. Sobre essa validação, Woolf provoca: se Shakespeare fosse uma mulher, teria se tornado um cânone, ou seja, haveria encontrado um teto todo seu para se aventurar artisticamente e publicar? (WOOLF, 1929).

Ao apresentar a alegoria do espelho, a autora relata que: “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural.” (1929, p. 54). No entanto, com os papéis da mulher e os seus direitos sendo cada vez mais discutidos hoje, o reflexo masculino não se trata apenas do ego machista ampliado, mas também das consequências da opressão de gênero, como o feminicídio e a violência psicológica de relacionamentos abusivos.

É essencial que as mulheres escritoras que conseguiram triunfar na sua vida profissional enquanto desempenhavam o papel de mães, provavelmente por terem uma excelente rede de apoio, não considerem as suas experiências como absolutas, desprezando todas as questões sociais e históricas acerca da mulher e da maternidade. De modo geral, é possível credibilizar artistas que optam pela não maternidade para que consigam focar nas suas carreiras de forma plena, embora se tenha uma experiência pessoal positiva conciliando as duas questões.

O mesmo ocorreu em relação ao casamento para as escritoras que não se casaram, ou para as que se casaram com homens que reconheciam a importância de suas atividades intelectuais acima das domésticas. Nesse sentido, o matrimônio também impõe-se como objeto de desejo majoritário das mulheres, mesmo na atualidade, para a maior parte da sociedade.

Na obra *Feminismo em comum - para todas, todes e todos*, a filósofa Marcia Tiburi analisa a posição da mulher no casamento a partir de suas vivências pessoais, como, por exemplo, quando relata situações cotidianas com seus pais: “Lembro de meu pai lavar a louça para “ajudar” minha mãe. E lembro dele a reclamar do cheiro das roupas lavadas sem perfume.” (TIBURI, 2018). Segundo Tiburi, há uma expectativa de que a mulher ofereça verdadeira devoção ao marido e aos filhos, no entanto existe certa distância entre o discurso e a prática em relação a esses valores familiares:

Sempre achei curioso quando, no colégio, as professoras nos ensinavam a dizer “rainha do lar” para elogiarmos as mães no Dia das Mães. Vendo como minha mãe vivia e como se queixava do trabalho em casa e fora dela – percebendo que ela não recebia tratamento algum de rainha, mas, ao contrário, vivia nas piores condições cuidando de cinco filhos -, eu me perguntava por que estavam tentando nos convencer de uma ideia como aquela, que tinha ares de universal, se na prática era tudo bem diferente. Eu não sabia dizer isso naquela época. Mas a contradição entre o que era dito na escola e o que eu via era viva, até porque no meu mundo familiar não havia elogio às mulheres. (2018, p. 19-20)

Nos dias atuais, vemos reflexões sobre o quanto as relações não duram tantos anos como as de antigamente, mas poucas pessoas trazem à tona a questão de que as mulheres estão se dando conta de que, na maioria das vezes, passam a adquirir mais funções junto com o casamento, se responsabilizando por companheiros que se comportam como filhos. Esses homens permanecem alheios nesse lugar cômodo e bastante vantajoso, pois é mais fácil realizar um serviço doméstico mal feito ou não ter a proatividade de organizar a rotina dos filhos, do que retirar a maior carga dos ombros da parceira.

De nada adianta citarem as relações líquidas de Zygmunt Bauman nas redes sociais, se no convívio fecharem os olhos para a pilha de roupas sujas ou para a consulta com o pediatra que precisa ser marcada. Talvez as relações tenham se tornado mais efêmeras porque as mulheres, mais conscientes do seu lugar e da sua independência, além de menos silenciadas que as nossas antepassadas, preferiram dar conta sozinhas das atividades do cotidiano, sem o acréscimo da cobrança de estarem dispostas para serem participativas, e, claro, também atraentes esteticamente na vida dos maridos. Desde que Simone de Beauvoir publicou *O segundo sexo*, pouco evoluiu em relação ao conceito sobre o casamento, como se pode ver pela atualidade da seguinte afirmação de Beauvoir:

E os direitos abstratos, acabamos de dizê-lo, nunca bastaram para assegurar à mulher uma influência concreta sobre o mundo; entre os dois sexos não existe, ainda hoje, verdadeira igualdade. Antes de tudo, os encargos do casamento permanecem muito mais pesados para a mulher do que para o homem. Já vimos que as servidões da maternidade foram reduzidas pelo emprego – confessado ou clandestino – do controle de natalidade; mas essa prática não é difundida, nem rigorosamente aplicada. (BEAUVOIR, 1949, p. 199)

Diante disso, é importante levar em consideração os fatores biológicos que auxiliam a construir a figura da mãe, tendo em vista que a gravidez se desenvolve exclusivamente no corpo da mulher. Segundo Beauvoir, “A mulher conhece uma alienação mais profunda quando o ovo fecundado desce ao útero e aí se desenvolve” (1949, p.48), pois, apesar de ser um fenômeno fisicamente natural, a gestação é um processo exaustivo, que exige diversos sacrifícios hormonais e emocionais da mulher, não contemplando a satisfação da espécie e do indivíduo simultaneamente. Para Beauvoir, essas condições da natureza explicam a intenção da hierarquia dos sexos, porém não a justificam, pois não fundamentam a conservação da ideia de subordinação da mulher, conforme cita a autora:

Esses dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua formação. Em todas as nossas descrições ulteriores, teremos que nos referir a eles. Pois, sendo o corpo o instrumento do nosso domínio no mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender melhor a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. (1949, p. 60).

Essas reflexões levam a questionar a correlação entre a mulher e o seu próprio corpo, sobretudo sobre os seus direitos reprodutivos. No Brasil, atualmente, a discussão a respeito da legalização do aborto segue a passos lentos, tendo em vista que a autonomia da mulher em relação ao seu corpo não é plena devido a fatores que transcendem suas opções pessoais. “O direito ao aborto pode ser, assim, situado em um domínio da vida e das escolhas individuais que é profundamente pessoal, ao mesmo tempo que é político” (MIGUEL E BIROLI, 2014, p. 123). De acordo com Flávia Biroli, nas perspectivas dos movimentos feministas, o aborto é sempre o principal ponto de reivindicação, pois se entende que a mulher só poderá alcançar mais igualdade na área profissional e política quando obtiver total controle sobre a reprodução. Dessa forma, o tema confronta-se com os conceitos acerca da maternidade, conforme mencionado a seguir:

A maternidade vem sendo, ao mesmo tempo, um aspecto importante da vida e da identidade de muitas mulheres e fonte de controle e da opressão por parte do Estado e dos homens que lhes são próximos. Anticonceptivos e aborto são necessários para que a maternidade não seja compulsória. O direito ao aborto, especialmente, confronta a idealização da maternidade, que é um modo de representação de um papel compulsório como se fosse tendência natural e desejo comum de todas as mulheres. (2014, p. 123).

As questões políticas e de saúde pública em torno do aborto são fundamentais e centro de discussões feministas atuais, visto que lutar pela descriminalização, pela ciência e pela liberdade a favor do corpo da mulher é uma pauta urgente. Todavia, existe uma outra camada nessa discussão pouco ressaltada: a opressão moral que persegue mulheres que optaram por um aborto. Certamente o aborto é um processo bastante íntimo e não há regras sobre como uma mulher deve se sentir nesse momento, porém, é necessário refletir em relação às opressões machistas que fazem com que surja o sentimento de mal-estar, culpa e vergonha após essa decisão, que é muito mais criminalizada e insegura para as mulheres pobres. Além das questões biológicas, também existem questões culturais importantes, que geralmente são ignoradas por posicionamentos mais conservadores, o que contribui para a perpetuação de uma imagem pré-estabelecida em relação ao destino da mulher em ser mãe. De acordo com Badinter:

Mais precisamente, os defensores do amor materno “imutável” são evidentemente os que postulam a existência humana que só se modifica na superfície. A cultura não passa de epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. (1985, p. 15).

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie comenta em sua publicação *Sejamos todas feministas*, resultado de uma palestra no *TEDxEuston*, como se dá a relação entre a representação da mulher e a cultura, tendo em vista os discursos que justificam a subordinação da mulher ao homem por questões culturais. Para a autora a cultura está sempre em transformação, servindo para preservar a identidade de um povo, não para oprimir individualmente. Diante disso, a escritora traz exemplos de seu país, de como certas posturas de outra época não se justificariam hoje: “Tenho duas sobrinhas gêmeas e lindas de quinze anos. Se tivessem nascido há cem anos, teriam sido assassinadas: há cem anos, a cultura *Igbo* considerava o nascimento de gêmeos como um mau presságio” (2014, p.47). De acordo com Adichie, as pessoas determinam a cultura e não o contrário. Se temos uma cultura que oprime a vontade das mulheres, essa cultura deve ser modificada. Na sequência, relata mais um exemplo sobre o tema discutido:

Na minha família, eu sou a filha que mais se interessa pela história de quem somos, nossas terras ancestrais, nossas tradições. Meus irmãos não têm tanto interesse nisso.

Mas não posso ter voz ativa, porque a cultura Igbo favorece os homens e só eles podem participar de reuniões em que as decisões familiares mais importantes são tomadas. Então, apesar de ser a pessoa mais ligada a esses assuntos, não posso frequentar as reuniões. Não tenho direito a voz. Porque sou mulher. (2014, p. 48)

Nesse sentido, ao falar da construção do estereótipo de mãe torna-se imprescindível investigar a construção social da mulher, uma vez que a maternidade está intimamente ligada à condição feminina. Conforme Badinter explica, há mais de 60 anos a filósofa Simone de Beauvoir questionou o instinto materno, assim como profissionais de outras áreas, sobretudo mulheres, indagaram o mesmo. Contudo, como essas mulheres se apresentavam como feministas, afirmou-se que os seus questionamentos faziam mais parte de política do que de pesquisa científica. Atualmente, essa noção é mais ampliada, todavia o determinismo social e as crenças religiosas insistem em exaltar o amor materno, porém, um aspecto não anula o outro, pois é possível que haja amor maternal, mas não que este seja um desejo intrínseco a todas as mulheres. Essa questão é elucidada no trecho abaixo:

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode “maternar” uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternais”. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. (1985, p. 17)

Para os padrões sociais, investigar o instinto materno significa colocar em dúvida o amor maternal. Essa questão confronta-se com valores pessoais de cada indivíduo, pois, de acordo com Badinter, “No fundo de nós mesmos, repugna-nos pensar que o amor materno não é indefectível. Talvez porque nos recusamos a questionar o amor absoluto de nossa própria mãe.” (1985, p.18). Todavia, os questionamentos sobre o instinto materno deveriam ultrapassar as construções individuais, tendo em vista que o que necessita ser discutido é o papel da mulher em relação à maternidade; sua origem, desenvolvimento e consequências. O amor maternal, como qualquer outro sentimento, é concebido através das relações humanas, portanto é mutável, conforme citado por Badinter:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternais, constata-se que o interesse e a dedicação à criança manifestam-se ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada ou quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam. (1985, p. 23).

Refletindo diante dos aspectos emocionais citados, é pertinente mencionar que a psicanálise desempenhou um papel importante ao avançar os estudos sobre a sexualidade humana, no entanto, para Beauvoir, esta é mais uma área que careceu de explicações contundentes para a existência do instinto maternal e que contribuiu para a ideia de inferiorização da mulher. A autora faz críticas em relação aos estudos psicanalíticos quanto ao método de pesquisa, que não individualizavam as mulheres, citando que:

Sem rejeitar em bloco as contribuições da psicanálise, algumas das quais são fecundas, recusaremos, contudo, seu método. Primeiramente, não nos restringiremos a considerar a sexualidade um dado: que essa atitude seja limitada é o que demonstra a pobreza das descrições relativas à libido feminina. Já dissemos que jamais os psicanalistas a estudaram de frente, mas tão somente a partir da libido masculina. Freudianos e adlerianos explicam a angústia experimentada pela mulher ante o sexo masculino como a inversão de um desejo frustrado. (1949, p. 78).

Para Beauvoir, a imagem da mulher baseia-se, em primeiro plano, em construções sociais, anteriormente às justificativas biológicas ou psicológicas, pois de acordo com a afirmação que se tornou amplamente conhecida “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade.” (1949, p. 79).

Do ponto de vista histórico, nem sempre a mãe nutriu os valores maternos com que convivemos atualmente. Antes do século XVII, não existia o conceito de infância, tampouco estereótipos acerca da maternidade. Nessa época, as crianças tinham os mesmos direitos e deveres que os adultos. Badinter disserta na sua tese que “Durante longos séculos, a teologia cristã, na pessoa de Santo Agostinho, elaborou uma imagem dramática da infância. Logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original” (1985, p. 53). A autora argumenta que esse pensamento perdurou por muito tempo na história, mantendo uma posição inflexível nas famílias e nas novas escolas com as crianças. Da mesma forma, também havia uma relação mais afastada da mãe com o filho, como Badinter exemplifica ao citar a decisão de deixar os filhos nas casas das amas de leite até o desmame, pois as mulheres, nessa época, sobretudo em Paris (modelo de civilização do período), recusaram-se a amamentar os bebês. Ou seja, quanto menor o poder econômico para sustentar esse método, menos chances de as crianças pobres sobreviverem. De acordo com a pesquisa de Badinter, “As mulheres (e, portanto, as famílias) que se acreditavam acima do vulgo, consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os filhos” (1985, p. 54). Outro costume citado em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* é o fato de que as famílias

mandavam as crianças, desde seus primeiros anos de vida até o final da puberdade, para colégios internos ou conventos, conforme mencionado no seguinte trecho:

No século XVII e, sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou internato” (1985, p.57).

Sendo, respectivamente, colégios internos para os homens, onde se desenvolviam melhor intelectualmente; e conventos para as mulheres, onde aprendiam basicamente funções domésticas e valores matrimoniais. Entretanto, esse cenário muda com o passar dos tempos, visto que as mulheres passam a buscar mais cultura e, sem o peso das obrigações com os filhos ou filhas, elas têm mais tempo para buscar desenvolvimento intelectual. De acordo com Badinter, “Quer sejam filósofas, mulheres do mundo ou gozadoras, todas essas mulheres tinham em comum o mesmo egoísmo sólido. Todas sacrificaram suas obrigações maternas a seus desejos pessoais, fossem eles insignificantes ou legítimos” (1985, p. 55). Diante desse movimento social, a independência da mulher ganha força, no entanto, paralelo a isso, o controle patriarcal também, como Badinter menciona no trecho a seguir:

Ao procurar definir-se como ser autônomo, a mulher devia fatalmente experimentar uma vontade de emancipação e de poder. Os homens, a sociedade, não puderam impedir o primeiro ato, mas souberam, com grande habilidade, opor-se ao segundo e reconduzir a mulher ao papel que jamais devia ter abandonado: o de mãe. Além disso, recuperarão a esposa. (1985, p. 100).

Todo o apanhado histórico apresentado por Badinter, leva a evidenciar que o estereótipo de mãe atual, cultivado pela sociedade ocidental, tenha sido construído socialmente, a fim de promover a opressão da mulher. Da mesma forma, o instinto materno, fator biológico da menina desde o seu nascimento, pode ser apresentado como mito, à medida que é possível constatar que os laços amorosos da maternidade são desenvolvidos e influenciados pelos âmbitos que circundam as mulheres. A respeito disso, Meruane argumenta que, ao contrário do que parece, as mulheres não se destituíram de todo do antigo estereótipo que vincula o corpo feminino essencialmente à reprodução, entendida como única possibilidade de autorrealização e completude. Para ela, não há “nada novo”, predomina ainda “o amor incondicional da mãe como sinônimo de um trabalho que não tem retribuição nem conhece descanso” (2018, p. 136). Até meados do século XX, podemos observar que as mulheres se sentiam culpadas por não serem nada além de reprodutoras de seus filhos, presas em um papel que não poderia servir de exemplo a eles, a não ser a de uma representação

maternal. Hoje, a culpa se dá de outra forma, pois as mães estão atarefadas demais, divididas entre a atenção aos filhos, a vida profissional, as relações afetivas, a responsabilidade pela gestão do lar e o bombardeio de informações no mundo globalizado e competitivo. No decorrer das últimas décadas, as mulheres acumularam funções e ideais impossíveis de serem administrados junto ao papel de mãe presente, atenta e carinhosa. Desse modo, a maternidade se torna mais cruel quando é associada ao conceito de pessoa autônoma, ou seja, a ilusão idealizada pelo capitalismo oprime o fato de que qualquer pessoa depende das ações de outras, ignorando as estruturas sociais.

Para Donath (2017), a ambiguidade que permeia o discurso das mães e a maternagem é complexa, pois ser mãe acarreta ansiedade e culpa, estimuladas pela pressão social:

Há mães que experimentam sentimentos ambivalentes, mas não se arrependem de terem filhos, e há aquelas que se arrependem de terem se tornado mães e não têm sentimentos contraditórios com relação à maternidade. Em outras palavras, o arrependimento não trata da questão de como ficar em paz com a maternidade, e sim da experiência de que tornar-se mãe foi um erro. Minha insistência para que o arrependimento em relação à maternidade não seja deixado para trás mais uma vez e permaneça no centro do debate deriva da compreensão de que confundir ambivalência e arrependimento, tratando-os como se fossem um mesmo e único conceito, impede que se ouça o que essas mães que lamentam ter dado à luz têm a dizer. (2017, p. 15).

Sem essa consciência apontada no estudo de Donath, as questões problemáticas seguem sendo repercutidas por outras mulheres na sociedade, com a ausência do exercício da alteridade. Muitas dessas mulheres escondem o arrependimento por terem se tornado mães com culpa, como se a frustração fosse uma condição apenas pessoal e, conseqüentemente, jogam as suas dores para outras mulheres também sentirem.

Diante disso, é evidente que para as mães pobres essa realidade se torna mais violenta. Conforme questiona Djamila Ribeiro, quem se responsabiliza pelo abandono da mãe? (RIBEIRO, 2018, p. 87)”. A autora relembra uma notícia vinculada na mídia, no ano de 2015, de uma mulher que abandona o filho recém-nascido, é filmada e encontrada pela polícia. Após ser reconhecida, não demorou para a jovem ser julgada por diversos adjetivos negativos, sem ao menos ser questionada sobre a sua história de vida, bem como seu estado emocional. De acordo com Djamila:

Desde muito cedo somos ensinadas que devemos ser mães. Divulgam uma ideia romântica de maternidade e enfiam goela abaixo, naturalizando esse lugar. Mais além, cria-se a culpa. Não é incomum ouvir “Que mãe é essa que permite isso?” ou “Mãe que é mãe aguenta tudo”. Mas mãe é um ser humano, e não alguém com superpoderes. Por trás de uma mãe que aguenta tudo há uma mulher que desistiu de muita coisa e

um pai ausente desculpado pelo patriarcado. Quem se responsabiliza pelo desespero dessa mulher? Sim, ela abandonou a filha, mas já havia sido abandonada muito antes pelo pai da criança, pelo Estado e por uma sociedade cruel e hipócrita. (2018, p. 87).

Ao longo das nossas vidas, a maternidade é comentada inúmeras vezes, desde a infância. A nossa construção social sempre envolve a probabilidade da maternidade. Desde brincar com bonecas até ouvir indagações de quando vamos decidir engravidar, ou seja, as mulheres crescem convivendo com a ideia de maternar. Muitas mulheres têm filhos porque parece ser a ordem natural das coisas, mas nem mesmo cogitam antes a possibilidade de uma vida sem eles.

Com a questão do aborto e da maternidade sendo temas centrais nas discussões dos movimentos feministas, esse cenário ganhou força com o conceito de maternidade compulsória, visto que, nessa perspectiva, ser mãe seria como uma escolha induzida pela sociedade e não necessariamente a vontade espontânea da mulher. A socialização feminina, cada vez mais impulsionada pela internet, fez com que a maioria das mulheres mantivessem o desejo da maternidade, o que não se trata de uma decisão errada ou retrógrada. No entanto, em uma sociedade que analisa as mulheres sem filhos como frígidas, infelizes ou incompletas, essa reflexão se torna imprescindível.

Obrigar a maternidade a toda mulher, ainda que implicitamente, reflete uma violência simbólica e interfere na nossa liberdade de escolha pessoal. Nesse sentido, após se firmarem em relações afetivas e financeiras estáveis, as mulheres são frequentemente indagadas sobre filhos, mesmo quando afirmam não desejarem a maternidade. Do mesmo modo, as que se encontram em idade fértil e desejam realizar o procedimento de laqueadura, por exemplo, são indagadas constantemente por seus médicos, tendo em vista a possibilidade de um arrependimento futuro.

Mais problemático ainda é quando relacionam a decisão contraceptiva da mulher, independente da escolha do método, com a opinião do companheiro. Recentemente, foi publicado na mídia o caso dos seguros de saúde que estavam exigindo o consentimento do marido para as mulheres casadas inserirem o DIU (dispositivo intrauterino). Conforme aponta a reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* (DAMASCENO, 2021, online), havia cooperativas do plano de saúde *Unimed*, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, solicitando o preenchimento de um termo de consentimento dos cônjuges das pacientes para a inserção do contraceptivo. Essa notícia, embora pareça ser do período da Idade Média, é do ano de 2021. Sendo assim, além de sermos influenciadas excessivamente para nos tornarmos mães, ainda lutamos pelo total controle dos nossos corpos, como se os nossos direitos já conquistados devessem ser sempre vigiados, a fim de que sejam mantidos.

Por esse ângulo, ao ler o conto *Mãe, o cacete* da escritora brasileira Ivana Arruda Leite (2004), publicado no livro *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*, e organizado pelo escritor Luiz Rufatto, é possível observar a desromantização da maternidade através de um viés que nos causa espanto: a personagem não nutre nenhum afeto ou respeito pela mãe. Logo no início da narrativa, deparamo-nos com um retrato dilacerante de uma filha que transparece não ter boas memórias maternas, devido às agressões que sofreu enquanto crescia. Em um primeiro momento, há o estranhamento da descrição de que mães significam degradação e não deveriam existir. Talvez, essa surpresa possa ser compreendida justamente pelos históricos sociais evidenciados nos capítulos anteriores a respeito da sacralização da imagem da mãe. Em um segundo momento, julgamos essa mulher agressiva que deixou marcas tão profundas na filha a ponto de que ela pense que toda mãe é sinônimo de castigo.

Nesse sentido, é coerente questionar: se o amor materno é construído e não um fator biológico presente nos cromossomos XX, todas as mulheres são capazes de desenvolver esse amor? Obviamente não há uma resposta concreta, mas, é importante refletir se em casos como o exposto no conto se trata de mulheres que não desejavam ser mães e se tornaram por imposições sociais, ou por falta de assistência para interromper a gravidez. Ora, se a maternidade é imposta pela sociedade patriarcal mesmo para as mulheres que apresentam não ter vocação para maternar, como podem ser cobradas de serem amorosas e dedicadas? É lógico que nenhuma agressão pode ser justificada, porém, o desprezo pela criança pode ser compreendido.

Em alguns relatos de mulheres entrevistadas por Orna Donath em sua pesquisa (2016), a maioria diz amar os seus filhos, mesmo admitindo o quanto detestam ser mães. Em outros casos, há as que possuem senso de responsabilidade, são atenciosas e amorosas com as crianças, mas contam que precisaram se esforçar bastante para sentirem o amor descomunal e jamais sentido, cujo é amplamente divulgado na sociedade. Outras, aliás, confessam ainda não sentir esse amor e se culpabilizam por isso.

Desse modo, podemos questionar de que forma a maternidade compulsória vem nos fazendo regredir sobre a decisão de não ser mãe. Para algumas mulheres a não maternidade como desejo assumido causa impacto no espaço social, o que pode impulsioná-la para um lugar inseguro. Dessa forma, os seus discursos sobre a escolha de não maternar demonstram que destino feminino e maternidade não são mais uma via única, porém, os diálogos acerca do dever da mulher em relação à maternidade continuam presentes, inclusive entre as mulheres.

Nessa perspectiva, ser mãe deve ser uma questão de escolha e não de imposição, visto que não são todas as mulheres que encontram plenitude ou sentido na maternidade. Portanto, é incorreto afirmar que uma mulher se sentirá completa apenas quando tiver um filho - a mulher realmente se torna feliz quando é livre para fazer suas próprias escolhas. O ditado popular de que “ser mãe é padecer no paraíso” para muitas mulheres pode significar mais padecer do que encontrar o céu.

A verdade é que afirmar que não quer ser mãe acarreta um grande julgamento social, pois a mulher normalmente é vista como egoísta, fria ou má. Não obstante, se essa mesma mulher engravida, também é julgada como a única culpada pela gravidez, ou seja, mulheres estão sempre presas na penitência estabelecida pelo patriarcado. Em cada fase da mulher é plausível mencionar que a maternidade é projetada desde muito cedo em sua vida. Quando uma menina brinca com uma boneca durante a sua infância, enxerga-se uma criança com vocação para ser mãe. Quando uma pré-adolescente passa pela menarca, reflete-se nela um promissor ciclo reprodutivo que a prepara para uma futura gestação. Quando uma adolescente vive o seu primeiro relacionamento amoroso, imagina-se que em suas primeiras experiências sexuais já poderá gerar filhos. Quando uma mulher jovem escolhe o matrimônio, espera-se em seguida uma gravidez que estabelecerá uma família tradicional. Quando uma mulher heterossexual e cisgênero existe como mulher produtiva no mundo, impõe-se que ela exerça o seu suposto instinto maternal, inerente em todas as fêmeas, em algum momento da vida. A sociedade sempre nos apresenta padrões de comportamentos, principalmente em relação à maternidade. E, se porventura esses padrões não forem seguidos, gerará estranhamento e provocará julgamentos.

No romance *A filha perdida*, da escritora anônima Elena Ferrante, a qual não se sabe o verdadeiro nome e gênero, a pluralidade de personagens do sexo feminino que transitam no enredo, sendo figuras do passado e do presente, possibilita que sejam observadas visões distintas sobre a maternidade. E logo no primeiro capítulo, nos deparamos com uma afirmação que talvez descreva a complexidade que permeia a decisão de tornar-se mãe: “As coisas mais difíceis de falar são as que nós mesmos não conseguimos entender.” (FERRANTE, 2006, p. 8). A obra, que recentemente ganhou uma adaptação no cinema (2021) e reanimou a discussão a respeito da maternidade, tem repercutido discussões acaloradas na internet e colocado em pauta a questão do mito do instinto materno.

A protagonista Leda, embora por alguns odiada e por outros compreendida, não passa ileso de julgamentos, visto que a protagonista aparenta amar as suas jovens filhas, mas detesta

o fato de ser mãe e, principalmente, algumas características das jovens. Essas questões contraditórias sobre amar a figura que se mantém o laço materno e não aceitar as suas personalidades podem ser elucidadas pelo motivo já exemplificado através da citação de Badinter, de que nos recuamos a pensar que o amor não é incondicional porque talvez tenhamos receio de questionar o amor de nossas próprias mães. A obra parece nos autorizar a dizer em voz alta que a maternidade pode significar um trauma. Contudo, o trauma não necessariamente configura em algo ruim ou que não seja viável de se superar, trata-se apenas de um corte abrupto - nas narrativas e em nossas vidas. A partir das rupturas que os filhos podem provocar na vida das mulheres, os caminhos são ambivalentes para os homens, mas limitados para as mulheres. Assim, a questão da maternidade, independentemente de parir ou não, atravessa a mulher de maneira inevitável.

No romance de Ferrante, há uma passagem em que a personagem Leda encontra e rouba, inconscientemente, a boneca de uma menina, que faz parte de uma família que está veraneando na mesma praia. O brinquedo serve de metáfora para os desafios da maternidade e de como a protagonista encarou certos episódios. Diante disso, muitos cuidados de uma mãe podem ser representados a partir de seus momentos com a boneca, como se o corpo frágil de plástico se confundisse com o corpo infantil de suas filhas, através dos atos de limpar a lama, comprar roupas novas e protegê-la de possíveis perigos, remetendo ao zelo maternal que uma mulher geralmente tem com seus filhos. Ao imaginarmos a cena, rapidamente podemos olhar para a menina que ainda existe dentro de nós, que um dia brincou com bonecas e hoje se vê refletindo sobre a maternidade. Em um dos fragmentos do romance é mencionado que “O cansaço é uma lente de aumento” (FERRANTE, 2006, p. 16), o que de fato é verdade. Dedicar-se à maternidade causa extremo cansaço nas mulheres que são mães, ampliando a severidade dos problemas que se impõem. Porém, a cobrança frequente para que a mulher se enquadre dentro de padrões que não foram estabelecidos pelo olhar feminino, também cansa e superdimensiona, com todo direito, essas questões.

No decorrer das últimas décadas, as mulheres vêm lutando para conseguir o seu lugar de forma plena, contra a condição inferior imposta mediante denominações sexistas. Nesse viés, a mulher que decide não ser mãe e assume essa decisão de forma explícita pode ser considerada como subversiva na sociedade atual, assim como foram as mulheres que não aceitaram os assassinatos de pessoas inocentes no período de caças às bruxas, abordado por Silvia Federici, ou na ditadura no Brasil, explanado por Maria Amélia de Almeida Teles. A partir do momento em que uma mulher possui a consciência da sua vontade e a exterioriza, mesmo diante das imposições sociais, está subvertendo dentro da sua condição.

Há, ainda, as mulheres que por autoproteção não se expõem, mas não deixam de romper com a submissão, como por exemplo, professoras que inserem leituras na sala de aula proibidas por escolas conservadoras, ou trabalhadoras que convocam reuniões para denunciar abusos de carga horária ou salários menores que os colegas homens no ambiente de trabalho. As mulheres fazem parte de numa sociedade machista, que despreza a intelectualidade, a sexualidade e o prazer feminino. Junto a essas questões, existem as experiências e trajetórias pessoais, repletas de particularidades e questões, que muitas vezes, acabam por limitar a subversão de cada mulher. Por isso, é necessário retomar e investigar a nossa história individual e coletiva, entendendo que se pode trabalhar para dissolver os bloqueios particulares e sociais, conseguindo ser capaz de dizer não, pois qualquer mulher pode construir a autonomia e a sabedoria necessárias para se transformar.

No contexto atual, parece que mãe é uma espécie de personagem retirada da mitologia grega ou das lendas populares, a qual é atribuída o poder de amar incondicionalmente, realizar múltiplas tarefas cuidando de um ser, nunca reclamar, falar de maternidade apenas com outras mães e ser a coadjuvante na vida dos filhos. A mãe não existe, mas é sempre lembrada no dia em que o shopping precisa vender uma fritadeira elétrica que vai lhe trazer mais praticidade ou brinquedos com desconto que irão deixar os seus filhos mais felizes.

A mãe também não pode ser uma profissional criativa, tampouco exalar uma postura sensual. Assim, existe espaço para falar sobre qualquer tipo de mãe, desde que ela não seja mãe de um ser humano real. Para o patriarcado e o capitalismo interessa que a maternidade seja um assunto somente entre mães, permanecendo em um grupo esquecido, mas lembrado com flores uma vez por ano. É mais lucrativo que as suas vozes não invadam os espaços do mercado de trabalho, da saúde pública e da política. Interessa que as mães sejam felizes com as suas cozinhas sob medida, que as suas dores sejam silenciadas, e que os filhos cresçam alheios à realidade material e emocional de quem os cria. Porém, a maternidade não é assunto apenas de quem pariu e sim de toda a sociedade, pois a mãe é a espinha dorsal da reprodução social que ela sustenta e educa. Onde estão as mães nessas estruturas? Não as vemos. Há mulheres que são forçadas a deixarem de ser mães no lado de dentro do trabalho para não serem demitidas. No Dia das Mães, observamos mulheres por todos os lados, mas não ocupando todos os espaços sociais de maneira plena, pois a figura de mãe ideal é a da heroína abnegada e solitária que se sacrifica em prol dos filhos.

4 MULHERES E MATERNIDADES

Pesquisar a respeito da construção da maternidade, no decorrer das últimas décadas, através dos estudos teóricos, nos possibilita refletir criticamente sobre as construções sociais impostas às mulheres, além de viabilizar a constatação de que essas imposições ocorrem de maneiras distintas para cada mulher, de acordo com a classe social, a etnia e a sexualidade. Por isso, neste capítulo procura-se tratar da palavra maternidades no plural, visto a diversidade dos contextos sociais e de mães. Nesse sentido, certas obras da literatura brasileira contemporânea podem reverberar representações da figura da mãe na sociedade, relevando-se na contramão da romantização da imagem materna.

No atual panorama literário no Brasil, as questões acerca da maternidade estão se tornando progressivamente mais destacadas nas obras, como, por exemplo, encontra-se nas narrativas das escritoras Conceição Evaristo e Giovana Madalosso. Porém, apesar de essas autoras abordarem o tema com recursos linguísticos mais explícitos em suas narrativas, escritoras como Clarice Lispector já revelavam em suas obras aspectos sobre o papel da mulher na sociedade, incluindo o de mãe.

Nas narrativas da escritora brasileira Conceição Evaristo, as diferentes situações que envolvem a maternidade demonstram a complexidade desse papel na sociedade, elucidando os problemas que envolvem a questão de gênero e os preconceitos raciais. A escritora e professora nasceu na capital do estado de Minas Gerais, em 1946, mas se mudou para o Rio de Janeiro em seguida. No estado fluminense, amadureceu o olhar sobre si mesma e as questões sociais que se imbricam em sua obra, como a pobreza, o racismo, o machismo e as desigualdades de classes.

Evaristo transita em gêneros literários distintos, como poesia, romance, conto e ensaio, mas, sempre focando no protagonismo de mulheres negras. Entre as suas produções destacam-se os romances *Pôncio vivêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006), a reunião de poemas em *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008), e seleções de contos em *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d'água* (2014). A sua estética literária é marcada por uma linguagem que aparentemente parece simples, mas, na realidade, consta camadas de sensibilidades e significados múltiplos como um palimpsesto.

Por conseguinte, nas obras de Giovana Madalosso, o tema sobre a maternidade é apenas um dos diversos que permeiam a mulher moderna e que recebem enfoque em suas narrativas. A escritora e jornalista, nascida na capital do estado do Paraná, em Curitiba, no ano de 1975,

explora em suas obras o papel do feminino no mundo contemporâneo - um planeta globalizado que se torna, cada vez mais, um lugar com diversas possibilidades de compartilhamento e permeado por tecnologia, porém, ainda enraizado por estruturas sociais patriarcais. Entre as suas publicações de Madalosso, salienta-se o seu livro de contos *A teta racional* (2016), bem como os romances *Tudo pode ser roubado* (2018) e *Suíte Tóquio* (2020).

Apesar de ter se inserido no cenário literário mais recentemente, desde a sua estreia já recebeu reconhecimento artístico pela diversidade de vozes do universo feminino em suas narrativas, que fazem o leitor repensar os padrões sociais e estéticos relacionados à mulher. Ademais, as personagens de Giovana Madalosso nos apresentam a verdade sobre a maternidade sem vaidade, nos provocando a dúvida se realmente desejamos nos abdicar de projetos pessoais para dedicar o nosso tempo ao cuidado de uma criança.

Dessarte, as transições sociais que envolvem o papel da mulher na sociedade também podem ser observadas nas obras de Clarice Lispector, uma das escritoras mais importantes do cenário modernista brasileiro. Além da autora ucraniana ser reconhecida por transitar em diferentes gêneros narrativos, como romance, crônica, conto, artigos de jornal e até em narrativas infantojuvenis, também foi traduzida em cerca de trinta idiomas, desde que estreou com o romance *Perto do coração selvagem*, em 1943. Através de narrativas intimistas e enredos existencialistas, Clarice deixou um vasto legado de obras célebres, como por exemplo, *Laços de família* (1960), *A paixão segundo G. H.* (1964), *Felicidade clandestina* (1971), *A hora da estrela* (1977), dentre outras.

Nos dias atuais, mesmo tendo a sua qualidade artística reconhecida pela crítica literária, Clarice Lispector tornou-se uma das figuras mais populares da Internet, embora tenha evitado a exposição pública durante a sua vida. Assim, através de uma simples pesquisa nas redes sociais mais populares, identifica-se que ela tem assumido o papel de voz feminista, por meio de frases disseminadas fora do contexto original ou que não pertencem à sua autoria.

A partir das obras das autoras mencionadas, pretende-se analisar neste capítulo os contos *Maria* e *Quantos Filhos Natalina teve?* da obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo; *A teta racional e XX + XY* da obra *A teta racional*, de Giovana Madalosso; e *Os laços de família* e *Feliz aniversário* da obra *Laços de família*, de Clarice Lispector. A partir destas narrativas, busca-se averiguar a questão do sentimento de solidão envolvendo as maternidades, que permeia as personagens mães de formas distintas, mas igualmente pungentes. Além disso, busca-se analisar as representações da figura da mãe através das diferentes necessidades das personagens, tal qual a reconfiguração da maternidade na sociedade contemporânea.

4.1 MATERNIDADES E SOLIDÃO

“Comecei a chorar. E meu filho, sempre em simbiose comigo, chorou também. Nos acolhemos, nos grudamos um ao outro. Uma bola de fezes, vômito, sangue, lágrimas e muco se amando intensamente”. (MADALOSSO, 2016, p. 13)

A imagem da mãe é, provavelmente, uma das figuras universais mais poderosas, visto que é o primeiro sujeito feminino com o qual o ser humano tem contato. O laço com a mãe sustenta o nosso alicerce emocional e nos serve de base para lidarmos com os nossos futuros relacionamentos no decorrer das nossas vidas. No entanto, o papel de mãe ideal, que é extremamente valorizado na sociedade patriarcal, confina mentalmente a mulher, podendo acarretar inúmeras frustrações. Diante desse contexto, a imagem da mãe sagrada dificulta qualquer proposta de discussão sobre a complexidade que envolve o assunto. A gestação, o puerpério e os primeiros meses da vida de uma criança são processos tão intensos que acabam centralizando as discussões sobre a maternidade. Mas, a realidade é que ser mãe é uma experiência que atravessa todas as fases da vida de uma mulher, visto que manter um bebê vivo e saudável é só o começo de uma jornada que envolve muitos desafios.

Nesse sentido, a escritora Conceição Evaristo aborda em suas narrativas o racismo, a desigualdade de gênero e a discriminação de classe, ressaltando o universo da mulher negra, sobretudo no papel de mãe. O conto *Olhos d'água*, que dá nome à obra, é o primeiro entre as quinze narrativas, e aborda a história de uma personagem que, ao tentar lembrar-se da cor dos olhos de sua mãe, mergulha em sua própria origem e ancestralidade.

As histórias em que se inspira, no entanto, são ao mesmo tempo pessoais e coletivas. De um lado, origina uma narrativa que herda muito da autora a partir da memória, e, de outro, essas memórias se entrelaçam no relato de uma coletividade, que é a história do povo negro no Brasil, do controle escravocrata e colonial que se tinha sobre grupos étnicos e que reverbera até os dias atuais. No excerto a seguir, do conto *Olhos d'água*, é possível verificar a relação desta voz coletiva com a estrutura familiar da personagem, assim como a descrição de uma mãe observada no silêncio das dificuldades e nos poucos momentos de alegria diante de uma vida repleta de percalços:

Sendo a primeira de sete filhas, desde cedo busquei dar conta de minhas próprias dificuldades, cresci rápido, passei por uma breve adolescência. Sempre ao lado de minha mãe, aprendi a conhecê-la. Decifrava o seu silêncio nas dificuldades, como

também sabia reconhecer, em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias. (EVARISTO, 2014, p. 16)

Na literatura, Evaristo encontrou lugar para reivindicar espaços de fala, dando voz em especial às mulheres negras, historicamente silenciadas. À essa escrita que mistura vivência e ficção, Conceição Evaristo deu o nome de *escrevivência*, questão identificada no trecho abaixo:

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com o seu abraço. E com os olhos alagados de prantos balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. (EVARISTO, 2014, p.17)

Assim, embora a *escrevivência* parta de experiências pessoais e sociais, não se trata de uma autobiografia: trata-se de uma escrita declaradamente ficcional. Assim, Evaristo é uma autora disposta a denunciar, através de suas *escrevivências*, as violências e as injustiças sofridas pelas pessoas negras no Brasil, cultuando o espaço do protagonismo às mulheres que resistem à pobreza e à discriminação, numa linguagem essencialmente literária:

E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi? Vi só lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios cautelosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. (EVARISTO, 2014, p. 18)

Diante da imagem dos olhos da mãe, a narradora centraliza a poeticidade do conto. É a partir desses olhos marejados de lágrimas - de “águas correntezas”, que as memórias da infância da personagem são reagrupadas a fim de estabelecer um sentido. E, ao encontrar esse sentido, que se trata da necessidade do reencontro com a mãe, ela também busca as suas origens ancestrais. A metáfora “rios cautelosos sobre a face” não simboliza apenas as lágrimas da sua mãe preenchendo o rosto, mas também aspectos sociais, visto a dor de uma vida com miséria para criar os filhos.

Além disso, nota-se uma forte ligação da personagem com a sua crença religiosa, que tem uma forte relação com a sua herança cultural. Através do simbolismo da água, “cor de olhos d'água”, é possível associar a imagem das lágrimas com a correnteza de uma cachoeira, que possui a representação do orixá Oxum na crença das religiões de matrizes africanas - “Águas de Mamã Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas

pela superfície” (EVARISTO, 2014, p. 19). A transparência da água, assim como a sua força, é como uma corredeira permeando a história contada. Desse modo, os seus valores culturais também a conectam com a sua essência feminina e com o afeto pela sua mãe:

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres e de todas as mulheres da minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. (EVARISTO, 2014, p. 18).

O conto se encerra como uma epifania acerca das complexidades que envolvem a maternidade, sendo a mulher em seu papel de filha e, agora, no de mãe responsável por outra vida, em busca de um reconhecimento mútuo: “Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra.” (EVARISTO, 2014, p. 19). Apesar de recordar experiências duras vividas em um contexto familiar extremamente pobre, é notável que as lembranças da personagem retomam a ternura da sua mãe, como se a dor da miséria bloqueasse a memória da cor dos seus olhos, mas o amor maternal a fizesse lembrá-los. Ademais, a personagem aparenta projetar essa mesma relação com a própria filha, ao buscar, carinhosamente, um novo sentido para a maternidade nos olhos da menina e relacioná-los com os de sua mãe.

No conto *Maria*, é narrada a história de uma empregada doméstica, que se depara com assaltantes no ônibus e se surpreende ao notar que um deles é seu ex-marido, pai de seu filho primogênito – “Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem [...]”, “Maria viu, sem olhar, que era o pai de seu filho [...]” (EVARISTO, 2014, p. 40). O enredo se passa desde a sua espera até a entrada no automóvel coletivo, durante o trajeto do trabalho para casa. Logo no início do conto, o narrador onisciente situa o leitor na realidade pobre e exaustiva da personagem - além do recorrente pensamento nos filhos - que espera a condução em pé, segura sacolas pesadas com restos de comida da casa da patroa e está com a palma da mão machucada por se cortar ao cozinhar:

Além o cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do perfil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa boa hora. Os dois filhos menores estavam gripados. (EVARISTO, 2014, p. 39).

Além disso, a narrativa entrelaça pensamentos, sentimentos e diálogos entre a personagem e o homem que, durante a ação dos bandidos, conversam sobre o filho e a vida que dividiam no passado: “Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria?” (EVARISTO, 2014, p. 40). Aliás, Maria demonstra que sente falta da presença do ex-companheiro - “Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele.” (2014, p. 40).

Em seguida, Maria é a única que não é roubada pelo grupo e, por isso, quando os assaltantes fogem, os passageiros desconfiam dela. Eles a agridem e a acusam de criminosa, mesmo sem provas de que a mulher teria algum tipo de relação com o ocorrido – “Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada lá na frente conhecia os assaltantes. Maria se assustou. Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai de seu primeiro filho.” (2014, p. 41).

A história da empregada doméstica pode conter semelhanças com a nossa sociedade atual, que marginaliza as pessoas que não se encaixam nos padrões financeiros, estéticos e culturais dominantes. Ademais, entre todas essas violências que a protagonista sofre no espaço urbano, é mencionada uma constante preocupação com os filhos: “Diante do assalto, Maria pensa nos três filhos - em particular, no mais velho, de onze anos, cujo pai é aquele homem com o qual ela conversava, e que subitamente se anuncia como assaltante do ônibus”. (2014, p. 41).

Assim, além de todas as injustiças enfrentadas por Maria, também há o desafio de ser mãe diante desse contexto. Dessa forma, é possível comparar a narrativa com a realidade da sociedade brasileira, pois há muitas Marias pobres e mães-solo, que poderiam ter as suas vidas mudadas se existissem ações políticas que lhes assegurassem trabalhos dignos e despreocupação com os filhos seguros em creches com período integral - “O medo da vida em Maria ia aumentando. Meu Deus, como seria a vida dos seus filhos?” (2014, p. 41). Outro ponto a se evidenciar é a capacidade de Maria em não questionar o acréscimo de dificuldades por ser mãe inserida em uma realidade tão pobre. Apesar do abatimento pelo cansaço, a personagem se encontra feliz por poder sanar as necessidades básicas de sua família – “Precisava comprar xaropes e aquele remedinho de desentupir nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos iriam gostar?” (EVARISTO, 2014, P. 40).

No conto *Quantos filhos Natalina teve?* é narrada a história da personagem Natalina desde os seus quatorze anos até a maioridade. No decorrer das quatro gestações da

personagem, que envolvem cargas emocionais como a culpa e a idealização do significado de matinar, são apresentadas questões sobre a sua sexualidade, a sua relação com o próprio corpo e os seus sentimentos em relação à maternidade. Já no início, percebe-se uma relação conflituosa entre Natalina e sua mãe, quando a personagem engravida do primeiro filho com apenas quatorze anos, fruto de seu relacionamento com o namorado também adolescente, o Bilico, que não é noticiado a respeito. Depois de diversas tentativas de aborto com a ingestão de chás, Natalina foge da casa onde reside com a família, pois a mãe pretende levá-la à velha parteira e aborteira do morro onde moram, na Sá Praxedes. Há, inclusive, uma evidente ingenuidade e falta de informação exposta, visto que a personagem confunde prisão de ventre com sintomas de gravidez, mesmo após se relacionar sem contraceptivo, desinformação bastante comum nas periferias por falta de educação sexual. Apesar de sentir revolta e ansiedade para livrar-se da gestação - “Não aguentava se ver estufando, estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela” (2014, p.43) - não queria que o bebê corresse riscos após nascer, pois, segundo a crença que perpetuava no morro, “Sá Praxedes comia criança!” (2014, p. 45). E, assim, Natalina doa a criança para uma enfermeira do hospital no qual foi realizado o seu parto.

A narrativa traz à tona a necessidade do debate sobre o aborto no Brasil, visto que “o aborto é criminalizado, o Estado não permite que mulheres tenham autonomia sobre seus corpos. Porém, é sabido que muitas mulheres abortam.” (RIBEIRO, 2018, p. 86). Nesse contexto, mesmo que a prática do aborto seja comum, ainda é tratada como uma ação criminosa e clandestina, além de ser discutida por homens brancos e de classe alta que compõem o legislativo brasileiro.

Mulheres com mais liberdade econômica e privilégios recorrem a meios mais seguros para a realização do procedimento, enquanto as periféricas procuram meios com custo baixo e ao mesmo tempo mais invasivos, que as fazem correr diversos riscos de morte. De acordo com Djamila Ribeiro: “[...] mulheres de classe privilegiada pagam por procedimentos seguros, enquanto as pobres, em sua maioria negras, ou ficam com danos graves à saúde e morrem ou são vítimas de desespero.” (2018, p. 86). Assim, já no início da narrativa, percebe-se a relação da maternidade com a morte, como se a personagem renascesse e se reinventasse a partir de cada experiência maternal.

A segunda gestação, também sem planejamento, ocorreu com o trabalhador Tonho, que foi abandonado por Natalina. Embora o homem tenha se sentido feliz e proposto a construir uma família, Natalina se sentiu aprisionada, culpando-se posteriormente - “Ela não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho” (2014. p.46). Logo,

Tonho, de coração partido, vai embora com o filho, voltando para sua terra natal. Nesse aspecto, a personagem transgredir a idealização de que toda mãe-solo, especialmente sendo mais pobre, deseja conquistar uma relação amorosa e compartilhar a criação do filho com um companheiro que represente o papel paterno, pois ela prioriza a sua felicidade, que é a de ser uma mulher livre e sem responsabilidades familiares. Assim, embora Natalina venha de uma organização familiar tradicional com pais casados e irmãos, não é um motivo para que ela se sinta obrigada a reproduzir essa estrutura em sua vida.

A terceira gravidez, novamente indesejada, ocorre a pedido do casal para quem Natalina trabalhava, visto que não conseguiam ter filhos. A patroa, por sua vez, pediu que Natalina tivesse relações sexuais com o seu marido, para que ela engravidasse e doasse o filho a eles - “Doou sua fertilidade para que a outra pudesse inventar uma criação, e se tornou depositária de um filho alheio”. (2014, p. 48-49). Natalina prosseguiu a gravidez com complicações, muitos enjoos e o mesmo desapego emocional em relação à vida que crescia em seu ventre - “Tudo passava lento, os nove meses de eternidade, os enjoos.

O estorvo que ela carregava na barriga fazia feliz o homem e a mulher que teriam um filho que sairia da barriga dela. Tinha vergonha de si mesma e deles.” (2014, p. 48). Nesse ponto, há uma desromantização em relação à gestação e ao apego biológico pelo filho, mesmo a partir do momento em que a barriga começa a crescer. Natalina não reconhece o seu corpo e não se sente bem com as reações que a gravidez lhe causa, demonstrando que deseja apenas livrar-se da criança assim que realizar o parto.

Durante esse processo, é possível observar uma busca angustiante da personagem pela sua própria identidade e, subjetivamente, uma intuição que a avisa que a maternidade pode doer, pois a Natalina de antes nunca mais será a mesma se ela escolher ser mãe. Esse é um fator que pode justificar a falta de remorso e de empatia da personagem com a patroa que tanto deseja passar por essa vivência. Orna Donath comenta a respeito do arrependimento de ser mãe devido à sensação de perda da própria identidade após o nascimento do filho, pois, por mais que se tenha um companheiro que divida as tarefas domésticas e os cuidados com a criança no cotidiano, a responsabilidade sobre o filho está sempre presente na mente da mulher (DONATH, 2017). Sendo assim, Natalina rompe com os padrões idealizados ao não aparentar nenhum arrependimento pelas suas decisões em relação à maternidade, tampouco um pensamento constante sobre como será a vida da criança após a adoção.

A quarta gestação é fruto de um estupro, após Natalina ser sequestrada por bandidos que a questionavam sobre um irmão que ela não via há muito tempo. Arrastada para um mato por um dos criminosos, o homem desamarrou as suas mãos e pediu que ela fizesse carinho.

Natalina, paralisada pelo medo, nojo e sofrimento, obedeceu a tudo que era solicitado -"Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebear de dor". (2014, p. 50). Após consumir o ato violento, o agressor cai sonolento ao seu lado, Natalina esbarra no revólver e o mata com um tiro sem pestanejar. Dentre tantas experiências traumáticas, coerentemente não lhe restou espaço para remorso, conforme excerto a seguir:

Guardou tudo só para ela. A quem dizer? O que fazer? Só que guardou mais do que o ódio, a vergonha, o pavor, a dor de ter sido violentada. Guardou mais do que a coragem da vingança e da defesa. Guardou mais do que satisfação de ter conseguido retomar a própria vida. Guardou a semente invasora daquele homem." (2014, p. 50).

Dessa forma, constata-se que Natalina passa por quatro gestações, mas apenas a última lhe traz o desejo da maternidade, mesmo que a gravidez seja resultado de uma violência, o que pode surpreender o leitor. Talvez se deva pelo fato de que, pela primeira vez, ela se sinta realmente livre para tomar uma decisão, a qual não dividirá com um homem. Em nenhum momento, essa gestação simboliza a agressão sofrida por Natalina, mas sim o filho que ela escolheu ter. A decisão de não ser mãe nas suas três primeiras gestações nos leva a indagar a sociedade patriarcal e a maternidade vista como o único acontecimento na vida da mulher. A partir desse viés, nota-se que Natalina parece se construir como mulher em volta dessas gestações e das suas escolhas não influenciadas pela sociedade. Portanto, trata-se de uma mulher solitária diante de sentimentos muito íntimos, que refletem questões como a aceitação com o seu corpo, a sua realidade pobre e as agressões que vivenciou desde muito jovem.

Historicamente, a maternidade para a mulher negra sempre foi permeada por ausências e renúncias. No período da escravidão, a maternidade negra, muitas vezes fruto de violências sexuais, servia para fins de reprodução de novos escravos, que seriam de propriedade dos seus opressores. Dessa forma, a separação entre mãe e filho era um destino certo, não havendo espaço para matinar com amor, um afeto que muitas vezes era dedicado ao senhorzinho, a quem tinha que amamentar e cuidar.

A história conta das amas de leite que amamentavam os filhos dos senhores de escravos, porém não relata a da criança e dona legítima daquele leite, para quem essa mãe possivelmente desejava doar. Ademais, a paternidade não era uma questão sequer mencionada. O reprodutor, ao qual cabia a função de engravidar as mulheres escravas, não tinha a responsabilidade de pai. Sendo assim, a afetividade foi mais um dos direitos retirados da mulher negra e esse aspecto reflete até os dias de hoje.

No contexto contemporâneo, quantas mulheres negras se dedicaram a educar os filhos dos patrões, enquanto os seus eram criados pelos avós, ou outros parentes? Quantas mulheres negras, a maioria chefes de família, desfrutam do privilégio de ter um companheiro com papel paterno para os seus filhos? Sobre essa questão, a estatística também comprova que mulheres chefes de família são, na maioria, negras (IBGE, 2010, online). Diante de uma realidade tão dura, é necessário refletir sobre como é construída a figura materna da mulher negra, visto que essa condição lhes foi negada por muito tempo. Atualmente, não são os senhores de escravos que as afastam dos filhos e sim o sistema, a violência e o racismo, questões refletidas nas *escrivências* de Conceição Evaristo.

Por conseguinte, a partir de um espaço e contexto distintos, Giovana Madalosso apresenta no livro *A Teta racional* (2016), o enfoque em personagens que enfrentam a solidão da maternidade a partir de outro viés. No livro, são narradas histórias de mulheres que não centralizam as suas vidas em torno de relações amorosas, e sim em diversos tipos de laços afetivos que nutrem durante as suas vivências como mães, filhas, amigas, ou aventureiras em um país estrangeiro.

No conto *A teta racional*, que carrega o nome do livro, a personagem se encontra em seu local de trabalho e está conciliando as demandas do emprego com os cuidados do seu bebê, ou seja, trata-se de uma mãe equilibrando os seus compromissos no retorno após licença-maternidade. No início do enredo, a protagonista extrai leite dos seus seios apressadamente no banheiro, enquanto o seu chefe bate na porta e a questiona se ela irá demorar - “Jogo a cabeça para trás, fecho os olhos e tento mentalizar coisas que despertem amor, porque uma amiga me disse que o amor libera ocitocina e isso faz o leite fluir” (2016. p. 84).

Todos os dias, a mulher ordenha o leite, insere o alimento em pequenos frascos e guarda-os na geladeira compartilhada com os colegas. Então, nas horas em que está na agência, a babá do seu filho amamenta a criança com o leite extraído no dia anterior. A história prossegue no percurso da personagem até a sala do seu gestor. Enquanto caminha, ela lembra, através do recurso de *flashback*, de uma cadela que avistou na rua, amamentando os seus filhotes, a qual ela observou perto do seu local de trabalho. O animal invejado dava mamá às suas crias com todo o tempo disponível, uma necessidade da natureza que ela não podia mais respeitar. Ao ouvir do chefe que precisará ficar até mais tarde no trabalho, ela pensa: “olho para os meus pés num par de sapatos e, com tristeza, constato que não sou uma cadela. Digo ok, pode deixar que eu resolvo” (2016, p. 86). A mãe deseja mais tempo com o seu filho, assim como a cachorra que avistou, no entanto, para conseguir manter os custos da criança, precisa se dedicar também ao emprego.

Sendo assim, mesmo tendo o privilégio de ser bem remunerada e poder pagar pelo trabalho de uma cuidadora, a necessidade de dar mais atenção ao filho não se constitui numa simples escolha, pois, nesse caso, manter seu salário é vital para garantir a estrutura financeira que ela e o seu filho precisam para viver. A complexidade desses sentimentos é abordada no excerto a seguir.

[...] desde que meu filho nasceu, eu andava sentindo umas coisas estranhas. Era como se o meu emocional tivesse sofrido um corte mais profundo e ganhado uma nova camada, que me deixava experimentar mais amor e mais felicidade, mas também mais medo e mais dor. A maternidade, descobri, é um ato de coragem, porque quem ama com tamanha intensidade se expõe ao mundo sem a pele (2016, p. 20).

No final da narrativa, quando o chefe extrapola seu poder hierárquico e a pede para servir um café, após solicitar que ela trabalhe além do horário sem uma necessidade concreta, a protagonista mistura o seu leite ordenhado na xícara e o entrega. Ainda que a ironia de sua atitude nos cause riso e estranhamento, também comove, à medida que sentimos a revolta de uma mãe solitária que contava as horas para rever o seu filho - “Penso no meu bebê, das covinhas dele, e começo a sentir um negócio no peito, um negócio que me deixa toda animada porque é forte, funcional, produtivo, um amor funcionário do mês” (2016, p. 85). Ela precisa ser racional, mesmo que suas tetas jorrem o leite que alimenta o seu bebê.

A situação da narrativa nos possibilita um contraponto com a sociedade, no sentido de que a conquista dos direitos das mulheres foi na verdade um grande acúmulo de atividades. Entre todas as questões que a mulher contemporânea precisa lidar quando decide ser mãe, encontra-se a carreira profissional. O preconceito no mercado de trabalho, sobretudo no ambiente corporativo, começa desde o instante em que a mulher anuncia à empresa que será mãe, visto que frequentemente é questionada se precisará usufruir de todo o tempo da licença-maternidade ou se dará conta das atividades no trabalho até o final da gestação. E, caso a mãe procure se realocar no mercado profissional após a gestação, pode escutar perguntas sobre onde a criança se encontra ou quem a cuidará caso fique doente no momento da entrevista.

A demissão também é recorrente na volta da licença-maternidade, pois o espaço trabalhista brasileiro, de maneira geral, não está preparado para abraçar as mães e a legislação de proteção aos direitos maternos ainda é frágil. Diante dessa realidade, ser mãe e profissional bem-sucedida ao mesmo tempo significa acumular cobranças e não mais emancipação.

Na obra, a personagem, que não tem seu nome revelado, nos apresenta um relato confessional sobre como se sente na obrigação de ser produtiva no espaço de trabalho enquanto

a sua mente está conectada permanentemente ao seu filho. O seu tempo sempre cronometrado e as suas ações quase robóticas no cotidiano ao extrair o leite - “Eu poderia fazer isso de olhos fechados. Poderia fazer isso de olhos fechados assobiando o hino do Brasil” (2016, p. 84) - expõe a dureza da protagonista para conciliar os papéis de mãe e de profissional, que além de precisar cumprir as suas obrigações com criatividade, também precisa trabalhar além do horário por vaidade e falta de empatia do chefe.

Nesse sentido, a maneira sarcástica como a protagonista relata cada acontecimento pode ser interpretada como um mecanismo de proteção, ou a forma como encontra forças para lidar com a situação. Mais tempo no trabalho quer dizer menos tempo com o seu filho - e menos direito que a cadela amamentando os seus filhotes na rua. Assim, observa-se um processo de desumanização da personagem e do seu corpo frente ao seu trabalho, como destaca o seguinte trecho: “Meu mamilo brocha. Eu juro por Deus, ele brocha. O bico, que estava duro, amolece e se retrai, deixando clara a sua recusa de trabalhar em tão precárias condições” (2016, p. 85).

O ato de amamentar, nesse caso, não se torna apenas um momento de adaptação entre o corpo da personagem e a boca do filho, da pausa para fazer o que é vital e não utilitário, de uma função exclusiva e de livre demanda, mas também de resistência, pois ela não renuncia à amamentação ao enfrentar os desafios na sua rotina na agência. Logo, constata-se na narrativa e na nossa sociedade, que é urgente cuidarmos de quem cuida, pois ser mãe é um trabalho cansativo e não remunerado, que tem o intuito de formar cidadãos saudáveis fisicamente e mentalmente para o mundo. Portanto, a maternidade é uma responsabilidade social e pautar políticas públicas que tratem da qualidade de vida e da saúde emocional das mães deveria ser prioridade para todos os indivíduos.

No conto *XX+XY*, que também compõe a obra *A teta racional*, é abordada a história de uma mãe solteira e como ela reage diante os desafios da maternidade solo, bem como aos conflitos pessoais e sociais que envolvem a narrativa. A história é apresentada ao leitor por uma narradora que conta as suas lembranças, ao mesmo tempo em que relata as suas experiências durante a maternidade, expondo alguns *flashbacks* anteriores ao nascimento do filho. A protagonista, a qual o nome não é revelado, é uma mulher de quase quarenta anos que, devido a uma relação sexual casual desprotegida com um homem que conheceu em uma festa, engravida e precisa cuidar do filho recém-nascido. A personagem inicia a narrativa externalizando a experiência do corpo ao gestar, que para ela não foi agradável:

É uma experiência tão acachapante que até a barriga demora para se tocar que algo aconteceu. Ela fica lá, grandona e oca, iludida de que ainda está cheia, de que ainda está abrigando alguém, é só algum tempo depois volta ao normal. A mulher também demora para voltar ao normal e, assim como a maioria das barrigas, nunca mais será a mesma. (MADALOSSO, 2016, p. 11)

Nesse caso, a imagem sublime da mãe (e de pessoas próximas à mãe) que toca na barriga e sente o bebê se mexer, ou os desejos inesperados de ingerir comidas que jamais gostou durante a gravidez, fazem com que o relato da personagem do conto acima soe como cruel, bárbaro, ou discurso de mulher não civilizada. No entanto, por mais que a natureza durante a gestação seja fascinante, visto que se trata de um corpo abrigando o desenvolvimento de outro ser humano, esse momento repleto de explosão hormonal agrega mudanças no corpo e na autoestima da mulher. A personagem dá sequência às comparações, mencionando, de forma irônica, a gestação de uma égua, que já consegue parir o filhote apto para as necessidades mais básicas, diferente do ser humano:

Uma égua leva doze meses para gestar um filhote. Ao fim desse tempo, o filhote está pronto. Consegue andar, ir atrás de teta, se virar sozinho. A mulher não consegue levar a gestação até esse ponto porque, se levasse, o bebê cresceria demais e não conseguiria passar pelas ancas. Então, por questões físicas, a mulher precisa parir o filhote antes que ele esteja maduro. (MADALOSSO, 2016, p. 12)

Assim, nota-se uma inveja da personagem que se encontra na maternidade, pois, enquanto se recupera do parto, precisa cuidar da criança totalmente dependente, bem diferente de um potro. A reprodução é algo essencial para a continuidade de qualquer espécie, principalmente quando está ameaçada de extinção. Mas, em uma sociedade cada vez mais populosa, as mulheres começaram a questionar o que antes parecia algo predestinado. Atualmente, somos mais de sete milhões de indivíduos espalhados pelo mundo, portanto, não há necessidade de a mulher sentir-se obrigada a ter filhos para dar continuidade à espécie. Mesmo assim, a pressão social para a mulher tornar-se mãe segue a passos largos e firmes, o que faz com que a mulher precise de muita coragem para dizer que decidiu não ser mãe aos familiares, amigos e à sociedade como um todo. De acordo com Badinter “O desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal. Algumas os querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca o quiseram. Já que existe escolha, existe diversidade de opiniões, e não é mais possível falar de instinto, ou de desejo universal.” (BADINTER, 1985, p.17-18).

Na solidão do seu apartamento, que simboliza a própria solidão do puerpério, ela enfrenta muitas dificuldades para lidar com o bebê diariamente sozinha. Isso inclui a sua adaptação para a amamentação, que faz com que os mamilos dos seus seios rachem até a criança

beber sangue, sendo totalmente diferente ao que nos é mostrado na sociedade: como um momento sublime entre mãe e filho. Em nosso imaginário coletivo, ao ouvir sobre o assunto pensamos em uma mulher sentada em uma poltrona, sem nenhuma dor e em completa sintonia e conexão visual com a criança. Ou seja, somos induzidas a uma idealização, visto que, conforme amadurecemos e observamos os dramas da maternidade com mulheres próximas, percebemos que as experiências como a da personagem poderiam ser reais. Essa mãe, que se mostra frágil e exausta, se despe dos estereótipos da imagem materna inabalável, evidenciando que a amamentação, assim como demais experiências acerca da maternidade, podem ser traumáticas:

Peguei meu filho, sentei na poltrona, puxei a teta para fora. Deixei meu filho mamar à vontade, torcendo para que ele se saciasse só com a minha teta esquerda, mas ele também quis a outra, que estava com o bico rachado. Na primeira sugada a ferida já se abriu de novo. Mordi os lábios, buscando uma segunda dor para abafar a primeira. Claro que não adiantou: nada se compara a uma boca faminta sugando uma ferida. (2016, p. 16).

A partir da cena apresentada, é possível traçar um paralelo da mãe perfeita inalcançável, visto que a mulher pode criar a idealização de forma inconsciente, e ao entrar em contato com a maternidade real, sente enorme frustração, culpa e impotência, sendo esses sentimentos prejudiciais à saúde mental da mãe, afetando a longo prazo. Durante a gestação, as mães são convencidas de que o necessário para a maternidade é adquirir objetos indispensáveis, porém, o que todas as mulheres necessitam é de informações, pois o mito da mãe feliz e do bebê tranquilo, difundido na mídia, é desmistificado nos primeiros dias.

Em relação ao sentimento de culpa da personagem nos momentos em que se questiona ou perde a paciência, se dá pelo sofrimento que parece se difundir com um amor muito forte, embora esse amor ainda esteja sendo construído. Tal complexidade é exposta pela protagonista: “Era como se o meu emocional tivesse sofrido um corte mais profundo e ganhado uma nova camada, que me deixava experimentar mais amor e mais felicidade, mas também mais medo e mais dor.” (2016, p. 20). Questões como essas não excluem a possibilidade de experiências positivas como a própria amamentação, por exemplo, mas nos cegam para enxergarmos a realidade e nos colocarmos nesse lugar.

Ademais, além dos percalços apresentados, a personagem enfrenta questões próprias da sua idade, pois como está perto dos quarenta anos, parece que optou por ser mãe devido à possibilidade de não poder mais reproduzir em breve. Embora vejamos, cada vez mais,

mulheres bem resolvidas que possuem a certeza de que não querem ser mães, essa dúvida sempre assola a mulher, principalmente a partir dos trinta anos. Na obra *Maternidade*, Sheila Heti expõe o quanto o tempo está sempre se esgotando para as mulheres desde que começam a ovular e que os homens parecem viver em um universo paralelo, pois seus pênis não reproduzem dentro de um período específico. Nesse sentido, para os corpos masculinos há uma dimensão apenas de espaço, mas, para as mulheres, parece que tudo precisa acontecer entre os seus quatorze e quarenta e quatro anos: “Ela precisa achar um homem, fazer bebês, começar a impulsionar a sua carreira, evitar doenças e juntar dinheiro o bastante, em uma conta separada [...]” (HETI, 2018, p. 212-213).

Outro ponto sensível no conto é a evidente falta de rede apoio da personagem: não há familiares, ou amigas próximas, para ajudá-la ou fazer-lhe companhia, embora não se trate de uma mulher em vulnerabilidade social, visto que constatamos um apartamento confortável e nenhuma menção a qualquer dificuldade financeira. Esse isolamento social da personagem é denunciado e podemos observar a sua dor:

Um dia vão descobrir que o isolamento urbano mata mais que o cigarro. Se estivesse na roça, eu estaria melhor. Eu teria mãe, avó, irmãs, quem sabe até umas primas por perto para dar uma força. Era assim que funcionava, e funcionava bem. Mas eu sou uma mulher dentro do recorte de uma janela, de um prédio, de um condomínio, de um bairro, de uma cidade. Eu tenho que fingir que quero dançar com meu bebê no colo para encontrar com algumas pessoas. (2016, p. 20)

Para conseguir cuidar da criança, ela também precisaria receber esse mesmo cuidado. Em dado momento, a personagem busca apoio em reuniões de mães e sente certo abrigo ao notar que “não importava quem fossem ou o que fizessem da vida, naquele momento só tinham um assunto.” (2016, p. 22). Porém, ao reparar certas diferenças com outras mães, sente-se ainda mais solitária sem a estrutura de auxílio. No entanto, por mais que sutilmente lamente por isso, a protagonista critica uma amiga que se encontra no lugar e que deixa a filha o tempo todo com a babá: “Ela ficou cinco anos tentando engravidar. Só falava nisso. E quando o bebê finalmente nasceu, ela resolveu terceirizar a tarefa de mãe para a babá.” (2016, p. 21).

Desse modo, vemos uma mãe que entende profundamente os desafios diários da maternidade após o nascimento do seu filho, mas, que ainda assim, critica as escolhas de outra mulher. A propósito, em contraponto ao conto *A teta racional*, em que ter uma babá é justificada pela necessidade de a personagem trabalhar, em *XX+XY* a protagonista trata a decisão da amiga como uma simples substituição do papel de mãe, sem nenhuma explicação contundente, como era realizado na Idade Média pelas famílias mais favorecidas economicamente. Nesse sentido,

independente da mãe ter condições financeiras ou desejar ser mãe, ela não pode se arrepender da escolha. A respeito dessa questão, Donath ressalta que:

Ao mesmo tempo existe uma crença oposta, segundo a qual toda mãe escolheu livremente a maternidade, uma vez que todas as mulheres anseiam por ser mães, e, portanto, escolhem esse caminho de maneira ativa, sensata e racional, de livre e espontânea vontade. “Pare de se lamentar”, “A escolha foi sua!”, “Agora aguente”, é o que as mulheres costumam ouvir quando falam sobre as suas dificuldades. (DONATH, 2017, p. 27).

Outrossim, o fato de estar conhecendo o pai do seu filho aos poucos, durante o puerpério, torna a jornada da personagem ainda mais solitária. Fábio, o homem que ela conheceu na festa e com quem não apreciou o encontro, pois se tratava de “um cara que parecia ter sido apresentado ao clitóris naquele momento” (2016, p. 28), parece interessado em participar da vida do filho, mas, isso não o torna mais presente e sim apenas solícito, o que se confirma na cena em que a protagonista o faz buscar fraldas tarde da noite, sem nenhuma necessidade - “Acho que queria me vingar por ele não ser mulher e não estar passando por tudo que eu estava passando.” (2016, p. 25).

Nesse aspecto, é oportuno questionar se as mulheres que optam por não ter filhos devido a esse peso que recai sob os ombros femininos injustamente, poderiam mudar de ideia se a carga emocional fosse realmente dividida. Decerto, muitas mulheres gostariam de ter filhos na condição de pai, sem carregar o fardo da culpa e da autoexigência constante da maternidade, visto que existe uma entrega em relação ao papel de mãe exacerbada, o que para algumas mulheres é inegociável e cruel para aceitar. Há mulheres que seriam ótimas tutoras, mas, para as quais o contrato da maternidade não interessa, porque ainda que potente e cheio de beleza, também é perverso, solitário e esgotante. Até mesmo as casadas com companheiros conscientes, que dividem as tarefas, também sofrem pela pressão.

No mundo contemporâneo, talvez a mulher moderna tenha nascido para ser pai - um pai participativo, responsável, mas ainda um pai. É a abnegação e o cansaço invisível que muitas não querem. Conforme afirma uma das mães entrevistadas na pesquisa de Orna Donath, por mais os afazeres pareçam ser bem divididos, na verdade a cabeça da mãe está vendo um filme e pensando nas roupas do bebê que não secaram (2017, p. 138). Esse sentimento de total responsabilidade e posse pelo filho observa-se na personagem ao usar o pronome possessivo *meu* em todas as passagens em que está na companhia do pai ou da avó paterna da criança - “Fomos para o quarto do meu filho” [...] “Depois, levei meu filho para o banheiro” [...] Enrolamos o meu filho numa toalha e fomos até o quarto” (2016, p. 29). Desse modo, a

protagonista se coloca como a responsável principal pelo menino, o que afasta as tentativas de maior aproximação do pai, isto é, a própria mãe, inconscientemente, pode não dar espaço para dividir as obrigações com a criança. Assim, nota-se muitas de suas dores evidenciadas, conforme o excerto a seguir, possivelmente a imagem mais emblemática da narrativa:

Eu já tinha voltado da maternidade. Estava em casa, sem ninguém para me ajudar. Fui com meu filho no colo até o banheiro, abri a calça e sentei na privada. Caguei. E, enquanto isso, ele regurgitou no meu colo. Um jato de leite azedo que escorreu pelo meu braço e pela minha barriga. Quando tentei me limpar, ele se mexeu de um jeito brusco e abriu a ferida do meu mamilo, que estava rachado. Comecei a chorar. E meu filho, sempre em simbiose comigo, chorou também. Nos acolhemos, nos grudamos um ao outro. Uma bola de fezes, vômito, sangue, lágrimas e muco se amando intensamente. (2016, p. 13)

Nesse trecho, é possível observar que as palavras escatológicas empregadas pela personagem, como “regurgitou”, “fezes”, “vômito”, “sangue” e “muco” evidenciam a realidade desafiadora da maternidade e a desumanização da figura da mãe, ao mesmo passo que a expressão “se amando loucamente” remete ao fato complexo de amar intensamente o filho, mesmo diante de tantas dificuldades.

Embora momentos íntimos e difíceis como esse sejam evidenciados, a personagem também demonstra espanto, ao longo da história, com a potência do amor que nutre pelo seu filho. E, assim, novamente apresenta-se a complexidade ao redor da maternidade, pois apesar do sofrimento, também há um sentimento de gratidão por jamais ter sentido algo parecido - “A maternidade, descobri, é um ato de coragem, porque quem ama com tamanho intensidade se expõe ao mundo sem pele.” (2016, p. 20). Nesse sentido, metaforicamente a personagem relaciona os vazios da maternidade com a coragem da mãe em ser resiliente, se expondo ao mundo sem defesa, sem a sua pele.

Por esse ângulo, apesar da probabilidade do afeto de uma mãe pelo filho se tornar grandioso, não exclui a possibilidade do arrependimento, como é possível observar nos relatos das mães entrevistadas por Orna Donath em seus estudos. Todas as mulheres questionadas pela pesquisadora responderam que amam seus filhos, mas, se pudessem voltar no tempo, não seriam mães (DONATH, 2017, p. 83). Esse ponto é considerado como hostilidade, negligência ou violência da mãe perante a sociedade, caso a mulher admita o arrependimento materno ou decida não maternar, mesmo que o que esteja em pauta seja o que ela perdeu ao se tornar mãe - e não o quanto ela se dedica à criação do filho.

A questão da mulher externalizar o que sente a respeito da maternidade geralmente causa perplexidade. Esse ponto também se destaca na personagem Natalina, do conto *Quantos filhos Natalina teve?*, visto que, apesar de ser uma mulher que vive em extrema pobreza, e ainda enfrentar preconceitos raciais, ela não romantiza a maternidade, tampouco se mostra arrependida ao escolher não matar os três filhos que gera. Ela sai do lugar de ingenuidade e paternalismo em que colocam a mulher grávida como a doce mãezinha, compreendendo que seu corpo é como uma farmácia que produz hormônios, mas que ainda assim é seu corpo. As mulheres são aplaudidas quando performam a determinação e estudam diversos assuntos, exceto se mergulharem em conhecimentos que as farão mudar a conduta e se proteger de violências tidas como culturais ou partes de um sistema social.

Desse modo, a solidão é uma palavra que não consta nos contos de Conceição Evaristo e Giovana Madalosso, mas se apresenta nitidamente em cada distanciamento das personagens das suas identidades. A principal dificuldade do papel de mãe pode ser a conciliação de querer estar unida e também separada do filho, de ser egoísta e altruísta, de se fundir e voltar a ser independente. E buscando seu próprio lugar nesse contexto é que se pode pensar na solidão.

A solidão pode ser interpretada de diversas formas, que dependem do contexto e da história de cada mulher, sendo que em alguns momentos ela é sentida como uma angústia, um sentimento que possivelmente é causado pela sensação de abandono. Mas, apesar de ser uma experiência única para cada mulher - visto que pode ser solitária por ser exclusiva, sem apoio e compartilhamento de dores - as idealizações que nos permeiam são as mesmas, o que afeta a todas as mulheres, embora as adversidades pesem mais às mães subalternizadas por recortes de gênero, etnia e classe.

Desse ponto de vista, entende-se que a maternidade sempre é solo. A solidão materna, realidade destacada na contemporaneidade, também é consequência do discurso, ampliado pelo senso comum, de que mães se tornam leões e protegem a prole a qualquer custo, mesmo entre tantos compromissos que o mundo moderno exige. As mudanças ocorridas nos últimos 60 anos transformaram a emancipação feminina em uma multiplicidade de funções, fazendo com que a mulher agrade apenas nesse arquétipo da guerreira ferida. Ou da mãe exausta e culpada, que no fundo tem medo de perceber que a maternidade também possa ter relação com a necessidade de olhar para a sua criança interior, do que propriamente sanar as necessidades de outro ser, como nos versos de Saramago, no poema *A criança que fui* - “Tentei não fazer nada na vida que envergonhasse a criança que fui”. Assim, tenta-se não projetar os próprios medos por receio de que eles se repitam no papel de mãe. De modo geral, a mulher é responsável pela ordem e

harmonia do ambiente familiar, estabelecendo alimentação equilibrada, tempo de qualidade, limites de exposição ao mundo virtual, alfabetização e horas de sono da criança. São tantas as exigências centralizadas na mãe que não nos causa estranhamento ver as angústias e as inquietações das personagens apresentadas.

Entretanto, a solidão materna também pode conter outra face, pois, a partir dela, a mulher tem a possibilidade de entrar em contato mais intimamente consigo mesma - com a sua essência, os seus ciclos, as suas escolhas, enfim, com a sua existência no mundo. Assim, a solidão, apesar de dolorosa, pode possibilitar esse reencontro com o nosso *eu* mais profundo, nossos talentos e nossas capacidades esquecidas. Essa oportunidade, no entanto, não significa atingir a perfeição; pelo contrário, pode ser uma via para assumir as próprias imperfeições e se libertar de padrões sociais impostos.

4.2 A RECONFIGURAÇÃO DAS MATERNIDADES

“Não sinto nada, senão que sou inteira, pesada de material de primeira, boa madeira. Como mãe, não tenho finura. Sou grossa e silenciosa. Olho com a rudeza de meu silêncio, com meu olho vazio aquela cara que também é rude, filho meu. Não sinto nada porque isso deve ser amor pesado e indivisível.”
(LISPECTOR, 1984, p. 86)

A instituição da maternidade faz parte de um conjunto de imposições que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII, junto do conceito de amor romântico e monogâmico, da constituição de família e da modificação das relações entre pais e filhos. Anteriormente a esse período, houve uma decadência da influência patriarcal, logo, se tornaram necessárias ações para a desaceleração da atuação das mulheres na esfera pública. Com maior controle das mulheres, sendo elas as responsáveis pela criação dos filhos e se restringindo apenas ao papel de mãe e dona de casa, se estabeleceu uma forte associação da maternidade com a figura feminina no pensamento coletivo. A reconfiguração de um modelo convencional de maternidade (a mulher na função exclusiva de mãe e com muitos filhos) para um formato moderno (a mulher nas funções de mãe e trabalhadora com poucos filhos) ocorreu a partir da revolução industrial. As explorações próprias do capitalismo no processo de industrialização e a maneira como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, com extremas desigualdades sociais e de gênero, apresentam as consequências na mudança das concepções acerca da maternidade. No momento em que a mulher, a partir do século XIX,

tem a dimensão a respeito da sua dedicação dobrada ao trabalho operário e à maternidade, surge a constatação da dupla jornada.

Posteriormente, no século XX, com mais acesso à informação, educação formal e profissionalização técnica, as mulheres começaram a ocupar o espaço público, ao mesmo passo em que manteve a responsabilidade na criação dos filhos. Dessa forma, a decisão de ser ou não ser mãe se tornou uma escolha para se repensar, sendo influenciada por questões como o compromisso na atuação do papel materno, a falta de tempo para se dedicar à prática profissional e as condições financeiras adequadas. Nesse sentido, a criação dos métodos contraceptivos, principalmente a pílula anticoncepcional, oportunizou à mulher tempo e liberdade para refletir sobre as suas vontades. Assim, a legalização do aborto em países ocidentais também se tornou um fator importante nesse percurso, ao ofertar condições seguras para a interrupção da gravidez indesejada. Já no Brasil, país onde o procedimento não é legalizado, a prática é mais penosa, porém, conforme já explanado, segue sendo realizado. Essas questões reforçam o padrão social da maternidade, que vai contra a ideia da determinação biológica e do instinto maternal do corpo feminino. Desse modo, ressalta-se que as teorias e os movimentos feministas contribuíram para a conscientização das mulheres sobre as implicações sociais e políticas da maternidade. Atualmente, apesar das estruturas patriarcais do século XVIII ainda moldarem a sociedade, pode-se dizer que a maternidade não é mais o centro da vida da mulher, embora siga imposta. Observa-se a decisão de ser mãe cada vez mais tarde, ou a declaração da insegurança sobre ter filhos. Essas reflexões e visões mais realistas a respeito da maternidade, a partir da metade do século XX, também se refletem na literatura contemporânea.

Nessa perspectiva, Clarice Lispector não denuncia de forma explícita o machismo e o lado sombrio da maternidade, como nos contos de Conceição Evaristo e Giovana Madalosso. As manifestações de descontentamento das personagens mulheres de Lispector ocorrem por meio de uma linguagem sutil, mas não menos potente. Essa característica pode ter relação com o contexto social de suas produções literárias, que ocorreram entre a primeira e a segunda ondas feministas, quando se nota o início da emancipação da mulher na sociedade brasileira. Desse modo, as personagens clariceanas apresentam a alienação dos sujeitos de grandes centros urbanos, espaços competitivos e brutos que as apagam. Essas mulheres estão sempre envolvidas com os problemas familiares e não se dão conta da vida limitada que levam, bem como dos companheiros desinteressantes ou arrogantes.

Apesar de Clarice Lispector não ter aderido aos movimentos feministas de seu tempo como ativista, seus contos exprimem os motivos pelos quais o feminismo tornou-se uma necessidade política para as mulheres, que lutavam por seus propósitos fora da vida doméstica e dos cuidados com os filhos. Nesse viés, a autora foi uma transgressora, visto que rompeu os padrões da época tanto no espaço editorial, quanto em relação aos estereótipos da figura feminina. De acordo com o pesquisador de sua obra Benjamin Moser, que escreve o prefácio do livro *Todos os contos* (2016):

Suas personagens lutam contra concepções ideológicas sobre o lugar da própria mulher na sociedade. Enfrentam problemas práticos com maridos e filhos. Preocupam-se com dinheiro. Confrontam-se com o desespero que desemboca em bebida, na loucura ou no suicídio. Tal como outras escritoras, Clarice não teve aceitação fácil dos editores. (MOSER, 2016, p. 11)

Sobre esse aspecto, Moser evidencia que a autora conheceu de forma profunda esses desafios, pois, embora a autora tenha concebido a sua escrita em uma posição social privilegiada de mulher branca, de classe média e casada com um diplomata reconhecido, passou por uma infância difícil junto de sua família judia na Ucrânia, país marcado pela fome e pela guerra racial (MOSER, p. 17). Nesse sentido, é importante refletir sobre a possibilidade do seu passado sublinhado pela dor e sua experiência como imigrante terem influenciado a sua criação literária, tendo em vista que as suas personagens estão em conflito com a própria identidade e com o papel que ocupam no espaço coletivo. A partir desse contexto, é que o livro *Laços de família* é publicado, em 1960, contendo personagens que ainda ecoam nas mulheres mais contemporâneas.

A obra *Laços de família* reúne treze contos intimistas, todos protagonizados por personagens mulheres. O conto *Os Laços de família*, que sugere o título do livro, apresenta a história da personagem Catarina, inserida em um núcleo familiar que, à primeira vista, parece pacífico, mas à medida que o leitor adentra a narrativa, observa diversas camadas de incompreensões entre a personagem com a mãe, o marido e o filho. De um lado, há a protagonista que externaliza as suas dores no lugar de filha de uma mulher aparentemente fria, a senhora Severina; de outro, vemos essa protagonista no papel de mãe de um menino descrito como distante, magro e nervoso. A história se inicia com Catarina levando a mãe, que passou dias em sua casa, até a rodoviária da cidade. No trajeto dentro do táxi, Catarina relembra, com sarcasmo, a relação entre sogra e genro - “Mas, eis que na hora da despedida, antes de entrarem no táxi, a mãe se transformara em sogra exemplar e o marido se tornara o

bom genro” (LISPECTOR, 1960, p. 95). E, assim, se apresenta uma relação repleta de conflitos travestidos de boas aparências, como uma guerra fria.

Ainda durante o percurso, a senhora Severina pergunta à Catarina diversas vezes se esqueceu algo em sua casa - “Não esqueci de nada?” (LISPECTOR, 1960, p. 97) - como um mecanismo para quebrar o silêncio tedioso entre as duas dentro do carro, traço marcado por laços próximos e sem intimidade. De repente, com uma freada súbita do motorista, mãe e filha se esbarram no banco do carro e a falta de intimidade de seus corpos é evidenciada de forma mais concreta - “Catarina fora lançada contra Severina, numa intimidade de corpo há muito esquecida, vinda do tempo em que se tem pai e mãe. Apesar de que nunca haviam realmente abraçado ou beijado.” (LISPECTOR, 1960, p. 96).

Nesse sentido, há um claro desconforto entre as personagens, sobretudo mágoas, de ambas as partes, de uma relação que poderia ter sido mais afetuosa. Quando descem do táxi e Severina embarca no trem, as personagens são afetadas, subitamente, por uma consciência sobre a distância mútua, aparentando uma necessidade de mudança na dinâmica dessa relação, como se pela primeira vez Catarina realmente enxergasse a mãe - “Catarina viu então que sua mãe estava envelhecida e tinha os olhos brilhantes” (LISPECTOR, 1960, p. 96). Com o trem em movimento e entre a fumaça do veículo, a mãe se debruça de forma desesperada na janela, enquanto a filha a acompanha, questionando se a senhora realmente não havia esquecido de nada, quando, na realidade, parecem apenas desejar conversar sobre os seus sentimentos escondidos.

Essa questão é exposta de uma forma angustiante, quando mãe e filha tentam verbalizar o que sentem sem sucesso - “[...] mamãe! disse a mulher. Catarina! disse a velha. Ambas se olhavam espantadas”, “[...] Também a Catarina parecia que haviam esquecido de alguma coisa, e ambas se olhavam atônitas - porque se realmente haviam esquecido, agora era tarde demais.” (LISPECTOR, 1960, p. 97).

Em seguida, como um momento epifânico das personagens de James Joyce, a situação é investigada pelo narrador: “Que coisa tinham esquecido de dizer uma à outra? e agora era tarde demais. Parecia-lhe que deveriam um dia ter dito assim: sou tua mãe, Catarina. E ela deveria ter respondido: e eu sou tua filha.” (LISPECTOR, 1960, p. 97). Talvez, esse reconhecimento mútuo de papéis permitisse que olhassem para o interior uma da outra e se reconhecessem, construindo uma ligação próxima com amor e não apenas por obrigação de uma relação biológica.

Esse fato pode ser evidenciado no trecho em que Catarina demonstra sentir vontade de realizar diversas perguntas à mãe, como por exemplo se “fora feliz com seu pai” (LISPECTOR, 1960, p. 98). Esse silêncio perpassado de mãe para filha é histórico na sociedade, visto que a mulher, mesmo sofrendo os impactos das imposições machistas, ainda está desconstruindo a ideia de desromantização da maternidade na sociedade.

Desse modo, é coerente considerar que as mães no passado apenas replicaram o que receberam de suas próprias mães: a imagem de invencibilidade e felicidade diante de renúncias pessoais, que as distanciavam de outras mulheres, inclusive das filhas, que conseqüentemente se comportavam da mesma forma.

Nos contos *Quantos filhos Natalina teve?*, *Maria*, *A Teta racional* e *XX + XY*, mais recentes que os da obra *Laços de família*, nota-se menor dependência emocional, diálogos mais abertos ou simplesmente nenhuma menção das protagonistas sobre as suas mães, o que podemos identificar como um reflexo das mudanças na sociedade em relação ao silenciamento materno até os dias atuais.

Por conseguinte, Catarina realiza o trajeto de volta para casa, nitidamente sem sentir a influência da mãe que a deixa insegura, talvez pelo intuito de querer corresponder às expectativas da senhora Severina: “Sem a companhia da mãe, recuperara o modo firme de caminhar: sozinha era mais fácil” (LISPECTOR, 1960, p. 98).

Agora, durante o retorno ao lar, a personagem se mostra mudada, pois aparenta entender mais o que sente e deseja para a sua vida - “[...] parecia disposta a usufruir da largueza do mundo inteiro, caminho aberto pela sua mãe que ardia no peito” (LISPECTOR, 1960, p. 99). Ao entrar no apartamento, Catarina não dá atenção ao marido e se direciona diretamente ao filho, momento em que parece transparecer um afeto que havia sido poucas vezes demonstrado ao menino. O ato pode simbolizar a relação refletida da personagem com a sua mãe Severina, pois é como se Catarina tivesse estabelecido a mesma relação sem aproximação íntima com o seu filho. Essa questão pode ser evidenciada no momento em que o menino, que se mostra sempre distraído, diz *mamãe* pela primeira vez - “A mãe sacudia a toalha no ar e impedia com sua forma a visão do quarto: mamãe, disse o menino. Catarina voltou-se rápida. Era a primeira vez que ele dizia “mamãe” (LISPECTOR, 1960, p. 99). Logo após, tomada por uma decisão repentina, convida o menino para passear e sai pela porta com a criança sem convidar o marido. Decerto, pela primeira vez, tenha constatado o tempo que ainda pode ter com o seu filho, o mesmo tempo perdido e que não pode recuperar com a sua mãe.

Outro aspecto importante é a relação de Catarina com o seu marido Antônio, que aparenta ser alheio ao filho e aos sentimentos da esposa. Porém, quando nota indiferença da mulher com as suas vontades, se mostra desconfiado e questionador diante do passeio inesperado da mãe com o filho, que não realizou um convite para acompanhá-los - “Aonde foram? perguntou-se inseguro, tossindo e assoando o nariz. Porque sábado era seu, mas ele queria que sua mulher e seu filho estivessem em casa enquanto ele tomara o seu sábado” (LISPECTOR, 1960, p. 100). Esse fragmento, que demonstra o seu egoísmo em relação ao seu posicionamento na família, serve-nos de base para entender a relação amorosa do casal, que também é envolvida por silêncio e falsa tranquilidade. A sua insegurança, se dá não somente pela atitude de desprezo da Catarina, mas também pelo medo de que ela se vingue da sua postura indiferente no casamento - “[...] Catarina, esta criança é inocente!”, “[...] Quem saberia jamais em que momento a mãe transferia ao filho a herança. E com que sombrio prazer. Agora a mãe e filho compreendendo-se dentro do mistério partilhado.” (LISPECTOR, 1960, p. 101).

A falta de diálogo entre os cônjuges pode ser observada como uma representação do poder patriarcal por meio do marido, já que através da linguagem, ou da falta dela, pode-se estabelecer uma dinâmica de dominação. As atitudes machistas e ególatras do personagem são expostas pelo narrador, que mostra o prazer que o homem sentia ao humilhá-la, “humilhava-a com ternura” (LISPECTOR, 1960, p. 102), como se isso fosse possível - “Às vezes ele procurava humilhá-la, entrava no quarto enquanto ela mudava de roupa porque sabia que ela detestava ser vista nua. Por que precisava humilhá-la? no entanto ele bem sabia que ela só seria de um homem enquanto fosse orgulhosa.” (LISPECTOR, 1960, p. 102).

Nessa perspectiva, os olhos de Catarina, descritos como estrábicos desde o primeiro parágrafo do conto, são citados como sonsos pelo marido no final da narrativa, como um reconhecimento de insubordinação da esposa, como os “olhos de cigana, oblíqua e dissimulada” da personagem Capitu de Machado de Assis (1899). Esse ponto demonstra uma insegurança cada vez mais frequente por parte de Antônio, tendo em vista que não se sente no controle da situação em seu casamento. A narrativa tem o seu desfecho com o homem mencionando que quando a esposa e o filho retornarem, eles irão juntos ao cinema, o que demonstra uma esperança de que a relação volte ao mesmo molde, lhe causando a sensação de normalidade. Embora a vida do casal seja construída com estabilidade financeira e papéis sociais tradicionais, visto que ela é dona de casa dedicada e ele um engenheiro bem-sucedido, a estrutura social patriarcal também afeta a família, o que causa infelicidade para ambas as personagens. Essas fragilidades familiares repercutem de formas distintas conforme o gênero,

visto que nesse caso a mulher, mesmo pertencendo a uma classe social dominante, ainda segue desfavorecida, como nas questões emocionais projetadas na maternidade e nas relações amorosas que permite estabelecer em suas vivências. Como menciona Lina Meruane: “Esse sistema atribuiu à família, mas principalmente a mãe, a responsabilidade por tudo o que o Estado não oferece mais à sua cidadania” (2014, p. 144). Portanto, na narrativa abordada há a perspectiva dos laços entre os familiares que permanecem instáveis nos dias atuais, bem como o lugar da mulher e da sua interioridade. Talvez seja possível constatar que, atualmente, exista um cenário mais otimista nesse sentido, haja vista a busca da quebra do silêncio e da romantização da família e da maternidade por parte da mulher.

O conto *Feliz aniversário* narra o aniversário de 89 anos da matriarca Dona Anita (ou d. Anita conforme descrito pelo narrador), de uma família carioca de classe média. Embora as suas falas sejam sucintas no decorrer da narrativa, essa senhora é a protagonista, pois todos os familiares (filhos, noras, netos, babás dos netos e alguns vizinhos) se encontram no espaço para visitar a aniversariante que comemora 89 anos. Nesse sentido, também há um olhar sensível a respeito da maternidade - e amargura - na velhice.

A primeira a chegar à comemoração é a nora de Olaria, que veio sem o marido porque este não queria ver os irmãos, mas mandou a esposa para que os laços familiares mantivessem a aparência pacífica. Seguidamente, chega a nora de Ipanema com os três filhos e a babá, que julga as comidas da festa e as roupas que as mulheres vestem. As duas concunhadas não trocam nenhuma palavra, pois não mantêm uma boa relação afetiva. Zilda, a filha da aniversariante e responsável pelo planejamento da festa, recebe sozinha os convidados. Sobre a personagem Zilda, percebe-se uma hipocrisia que se revela ao longo da narrativa. Quando a idosa passa a ficar dependente devido à sua saúde, é decidido pela família que Zilda, “a única mulher entre os seis irmãos homens” (LISPECTOR, 1960, p.72), será a cuidadora da mãe. Através de posicionamentos dos seus irmãos, além da desvalorização do cuidado de Zilda com a mãe (que gerou e educou todos igualmente), parece também haver uma torcida subjetiva para que a matriarca morra – “[...] artimanha da velha que espertamente vivia mais um ano”, “[...] pensavam se a velha resistiria mais um ano ao nervoso e à impaciência de Zilda, mas eles sinceramente não podiam fazer mais nada a respeito [...]”. (LISPECTOR, 1960, P. 67). Constata-se, assim, a ausência de um elo maternal da senhora com os filhos, bem como a falta de sensibilização desses homens mantendo-se afastados da rotina da mãe e da irmã.

Essa é uma questão que se estende fora da ficção em famílias tradicionais mais extensas, visto que o papel de cuidadora dos pais que chegam à velhice geralmente é atribuído

às filhas mulheres, ou seja, o ato de maternar parece ser uma obrigação da mulher até mesmo com os pais, independente se não for filha única. Assim, constata-se o total desinteresse dos irmãos homens, que no conto são descritos apenas José, Manoel e o falecido Jonga, em visitar a mãe e a despreocupação em oferecer suporte, tanto emocional quanto financeiro, para Zilda, como nota-se no excerto a seguir: “[...] ninguém havia contribuído com uma caixa de fósforos sequer para a comida que ela, Zilda, servia como uma escrava, os pés exaustos e o coração revoltado.” (LISPECTOR, 1960, p. 58).

Além da falta de auxílio, a personagem, solitária e exausta com o zelo pela mãe, também é julgada por aparentar não ter o devido cuidado com a higiene da senhora ou por não lhe dar educação, como se a velhice regredisse o ser humano à infância - “[...] sabia que os desgraçados se entreolhavam vitoriosos como se coubesse a ela dar educação à velha, e não faltaria muito para dizerem que ela já não dava mais banho na mãe, jamais compreenderiam o sacrifício que ela fazia.” (LISPECTOR, 1960, p. 61). Diante da encenação dos filhos que se mostram receptivos e forçam alegria ao se reunir com a família, a matriarca sente repúdio pela cena hipócrita e cospe no chão, tendo em vista que durante o cotidiano foi abandonada pelos homens que criou.

Após o incidente do cuspe, a aniversariante pede um copo de vinho e, indagada pela neta que a chama de “vovozinha” e a serve apenas dois dedos de bebida, responde: “Que vovozinha que nada!” “Que o diabo vos carregue, corja de maricas, cornos e vagabundas! me dá um copo de vinho, Dorothy!” (LISPECTOR, 1960, p. 80). Concebe-se, assim, um constrangimento no ambiente e os convidados comportam-se de forma desconfortável, sem saber o que dizer ou o que fazer. Esse momento da narrativa reforça o desapego que perpassa as relações entre os familiares, pois não há comentários a respeito da fala da mãe, nem cochichos escondidos em paralelo. Esse desafeto também é evidenciado por meio dos presentes que a senhora recebe, pois demonstram que não foram escolhidos com carinho ou com base nos gostos da idosa, sendo que alguns não levaram presente algum. Conforme narrado “[...] nada, nada que a dona de casa pudesse aproveitar para si mesma ou para seus filhos, nada que a própria aniversariante pudesse realmente aproveitar constituindo assim uma economia: a dona de casa guardava os presentes, amarga, irônica.” (LISPECTOR, 1960, p. 57).

Outro aspecto que se destaca, além do abandono dos filhos homens, é a forma como a senhora é desvalidada, fator comum nas sociedades contemporâneas, que normalmente infantilizam ou desprezam as mães idosas. Durante a passagem que descreve como a personagem Zilda arrumou a mãe para a festa, é possível perceber o corpo da senhora tratado

como um objeto velho, sem serventia e guardado há muito tempo - “E, para adiantar o expediente, vestira a aniversariante logo depois do almoço. Pusera-lhe desde então a presilha em torno do pescoço e o broche, borrifara-lhe um pouco de água-de-colônia para disfarçar aquele cheiro velho de guardado [...]” (LISPECTOR, 1960, p. 55).

Há, também, uma analogia com o bolo de aniversário, que pode ser interpretada como uma metáfora da forma como a senhora se sente perante a família: “[...] acompanhava, fascinada e impotente, o voo da mosca em torno do bolo [...]”, “[...] a aniversariante olhava o bolo apagado, grande e seco”, “[...] na cabeceira da mesa, a toalha manchada de Coca-Cola, o bolo desabado, ela era a mãe.” (LISPECTOR, 1960, p. 55-59).

Nesse sentido, a ira de Dona Anita, ao cortar o bolo com “punho de assassina”, transparece o seu vazio interior. Essa realidade também é vista em diversas famílias brasileiras, nas quais não é ofertada a escuta sobre a opinião dos idosos, que vão morar contra a sua vontade na casa dos filhos ou são colocados em asilos. Ademais, assim como na narrativa, nas sociedades ocidentais observa-se a desvalorização da mãe quando seu trabalho não remunerado não é mais necessário. Ou seja, o antigo discurso presente no senso comum de que se tem filho para ser cuidado na velhice é posto em dúvida na ficção e no mundo real.

Ser uma mãe dedicada, que desiste de seus sonhos e coloca as necessidades do filho em primeiro lugar, ou que muitas vezes insiste em uma relação fracassada para a criança ter por perto a figura do pai, não garante que a mãe seja respeitada e zelada durante a terceira idade. Nesse momento, o esforço em manter a política da boa vizinhança, como visto no conto, cai por terra, pois cuidar de quem nos cuidou é um ato não apenas de gratidão, mas também de responsabilidade. Diante desses casos, novamente o Estado se abstém da responsabilidade com a maternidade até mesmo na velhice da mulher.

Outra questão central da narrativa é o silenciamento da senhora na maior parte da história - “A velha não se manifestava” (LISPECTOR, 1960, p. 56), que pode ser refletida por uma vida inteira de submissão ao lado do marido. Em um primeiro momento, repara-se apenas na revolta e no mau humor da personagem, porém, é necessário que durante a sua juventude, e enquanto era uma adulta funcional servindo o esposo e os filhos, sempre esteve inserida em sua condição de filha, esposa e mãe, cumprindo o papel que lhe fora imposto:

Ela, a forte, que casara em hora e tempo devidos com um bom homem a quem, obediente e independente, ela respeitara; a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos e lhe honrara os resguardos. O tronco fora bom. Mas dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria. Como pudera dar à luz aqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade? O rancor roncava no seu peito vazio.” (LISPECTOR, 1960, p.60).

Desse modo, a velhice da mulher é submetida à estrutura machista e opressora, que impõe padrões que se perpetuam através dos tempos. A personagem, mesmo após uma vida empenhada na criação de seis filhos, em um tempo em que não havia utensílios domésticos e fraldas descartáveis para facilitar as demandas, em seu aniversário de 89 anos parece buscar sentido nos esforços do passado. Talvez, a velhice possa reafirmar a identidade feminina, ou simplesmente apagá-la caso não seja possível enxergar um propósito no que foi construído ao longo de sua vida. O corpo envelhecido da mulher é objeto de controle de forma dobrada, tendo em vista que tanto os corpos femininos quanto os corpos idosos situam-se em um sistema de poderes que lhes determina proibições ou limitações. Para as mulheres que se encontram à margem da sociedade, a opressão pode ser ainda mais acentuada, pois a classe social também é um fator excludente para se somar. Nesse sentido, a solidão da maternidade na velhice também é capaz de impor-se na vida da mulher, mudando apenas as perspectivas.

Na modernidade, ser uma mulher velha significa ter perdido a importante condição de reprodutora na sociedade. De acordo com o contexto na qual está inserida, pode colher os frutos com os filhos gerados - uma compensação afetiva, um apoio ou uma carga, dependendo da construção dos laços que estabeleceu com a família, ou da índole dos filhos. Para essa mulher, a idade também pode ser uma libertação de certos controles societários, que se referem justamente à reprodução, que a inibiram durante a juventude. Assim, pode-se afirmar que há diferenças de perspectivas para velhas e velhos.

Os homens idosos parecem que tendem a assumir uma certa melancolia pela perda de vitalidade e virilidade dos seus corpos, enquanto as mulheres idosas deixam-se levar pela liberdade tardiamente conquistada. Algumas dessas mulheres, como podemos observar ao nosso redor, provavelmente não tiveram a chance de conquistar uma vida profissional ativa e resumiram as suas vidas apenas no papel de cuidadoras do lar e da família. De acordo com a pesquisadora brasileira Alda Britto da Motta (1999, p. 211-212), por um lado há a liberdade de gênero, pois essas mulheres passam a poder circular por onde quiserem e viver conforme as suas vontades.

Por outro, como liberdade geracional, e, mas que isso, existencial, o envelhecimento é atrelado a um sentido de marginalismo. Elas podem sair porque já não importam tanto. Não são mais vistas como bonitas e já não vão mais atrair os homens, nem mesmo os homens da sua idade, também velhos. Dessa forma, como não podem mais engravidar, não há muito o que se preservar. Nesse sentido, constata-se o controle cruel da liberdade da mulher ligado aos seus corpos e à sua capacidade reprodutiva.

As mulheres do século XXI são conscientes de suas conquistas, alcançaram o seu espaço nos diversos âmbitos sociais, porque sabem dos seus direitos e das suas capacidades intelectuais. No entanto, a reflexão e a observação a respeito da realidade evidenciam que ainda há muitas lutas até que se consiga a equidade de gênero. Os engendramentos sociais, embora pareçam reformulados, ainda denotam mecanismos alinhados aos antigos papéis destinados às mulheres no passado. Através da leitura e pesquisa dos contos citados, foi viável perceber as múltiplas identidades das personagens, que passavam por conflitos internos semelhantes ao constatarem as suas figuras femininas e os seus projetos de vida. Além disso, também foi possível identificar denúncias, ainda que de forma subjetiva, da condição inferiorizada em que as mulheres vivem. As obras de Clarice Lispector têm promovido pesquisas importantes, em especial relacionadas ao ponto de vista psicológico, sendo geralmente comparadas às questões sociais. Todavia, suas narrativas constituem-se de histórias desenvolvidas pela estética e emoção da palavra literária, que permitem indagações existenciais e sociais a partir de diversos vieses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura, como instrumento de análise crítica da sociedade, nos oferece a possibilidade de exercer a alteridade. Portanto, colocar-se no lugar do outro foi imprescindível para a pesquisa deste trabalho, pois, embora eu seja mulher e tenha construído a minha identidade através de agenciamentos sociais na mesma sociedade em que outras mulheres fazem parte, ainda não sou mãe – e o meu olhar e as minhas escolhas pessoais se direcionam para a decisão de não maternar. Nesse sentido, ser mãe jamais foi meu o meu sonho, contudo é o da maioria das mulheres que conheci ao longo da minha jornada - se uma mulher não é mãe aos trinta anos, ou não tem uma relação estável, não está inserida socialmente, tornando-se subversiva para os padrões vigentes. Assim, o processo de estudo e de escrita deste trabalho atravessou a minha percepção de mundo como um corte profundo, o que refletiu não apenas na minha vivência enquanto pesquisadora, mas, principalmente, como mulher mais consciente do meu lugar na sociedade e mais corajosa para assumir os meus desejos, mesmo que não atendam os modelos sociais esperados.

Na literatura, sobretudo a contemporânea, o ato subversivo encontra-se na estética linguística de como a história é narrada, nas figuras de linguagem empregadas, na trajetória das personagens, ou até mesmo no silêncio da subjetividade. O fato é que é difícil imaginar a literatura, assim como qualquer manifestação artística, sem o rompimento de barreiras e a busca para representar as dores humanas. Nesse sentido, a literatura e a resistência da mulher ao longo de sua história são transgressoras por natureza. Embora construir uma reflexão sobre a literatura no século XXI ainda nos remeta aos cânones, os quais são leituras essenciais e foram consagradas por sua qualidade artística, é preciso ampliar o olhar sobre a literatura, assim como para a diversidade, incluindo a posição desigual da mulher na sociedade. Portanto, ser subversiva, nesse caso, não se trata de defender uma não maternidade, tampouco a maternidade compulsória, mas sim a verdadeira liberdade de escolha e de poder questionar a exigência de comportamentos, sentimentos e desejos de um indivíduo baseando-se exclusivamente no gênero.

Em vista disso, as mulheres não se tornam subversivas frente às imposições sociais simplesmente por terem nascido com o gênero feminino, é a forma como ocupam os espaços e a maneira como se sentem em situações de desigualdades de classe, de etnia e de gênero que as fazem com que rejeitem a submissão. Para a busca da equidade de gênero é preciso que as mulheres abracem o feminismo, lembrando de que não há apenas um caminho para as pautas

feministas, visto que os sujeitos de origens distintas precisam de um feminismo que converse com a vida que leva. Para alcançarmos essa clareza é preciso que haja mudanças culturais na sociedade; e para essas mudanças é preciso que o conhecimento seja disseminado e as ideias mais dialogadas entre homens, mulheres e crianças. A escritora Bell Hooks aponta que um dos caminhos possíveis, além da leitura, é a educação feminista. Nesse ponto, Hooks não se refere à produção acadêmica elitizada das universidades e sim à educação nos ambientes familiares e no ensino regular, locais onde as pessoas ainda estão em formação (HOOKS, 2015). Obras como *O perigo de uma história única* (2019) ou *Para educar crianças feministas* (2017), da escritora Chimamanda Ngozi Adichie, nos apontam caminhos possíveis para colocar as teorias feministas na prática. Em um momento de tantos retrocessos dos direitos humanos e dos investimentos no campo educacional, esse é um caminho possível para contribuirmos individualmente com a sociedade e de mantermos a esperança de mudanças futuras.

A partir das obras citadas e das demais selecionadas como objeto de estudo deste trabalho, pode-se ressaltar que as personagens mães que surgem na literatura brasileira contemporânea explanam assuntos que por muito tempo permaneceram silenciados, devido à idealização do amor incondicional materno. Do mesmo modo, narrativas que apresentam mães que vivem à margem, também rompem com esse padrão imposto, visto que denunciam mulheres invisíveis na sociedade. Logo, é possível perceber, por parte de algumas escritoras, como as autoras Clarice Lispector, Conceição Evaristo e Giovana Madalosso, o desejo de mostrar certas experiências relacionadas à maternidade, enquanto da parte do público que acolhe as produções pode-se inferir uma grande identificação.

Os contos analisados exibem relações intrínsecas do ponto de vista literário e de representações sociais. O ponto de vista literário se refere à linguagem intimista e ao tom confessional presentes nas narrativas, através de personagens mulheres que estão em busca de respostas a respeito do seu lugar na sociedade e da própria identidade no papel de mãe. Seja nas escrituras sensíveis de Conceição Evaristo, no traço marcado pelo existencialismo de Clarice Lispector ou no discurso direto de Giovana Madalosso, as autoras nos trazem questões diferentes das personagens, pois as mulheres que fazem parte da sociedade também são diferentes. Do ponto de vista social, se trata propriamente do tema central dos contos, pois embora as narrativas sejam ficcionais, os assuntos acerca da maternidade atravessam as vivências das escritoras e, conseqüentemente, das suas criações literárias.

Dessa maneira, com mais espaço no campo político e intelectual, as autoras se fizeram mais presentes na literatura brasileira, estabelecendo, como nos casos dos contos apresentados, a prática da alteridade. As obras de Clarice Lispector, que aparentemente não

apresentam cunho social, retratam personagens que simulam influências das críticas feitas pelo feminismo da metade do século XX, abordando o universo da mulher de classe média, dona de casa e silenciada no lar. Na literatura de Conceição Evaristo, os temas dos universos femininos, comum em Clarice Lispector, também são centrais, mas junto de questões étnicas e sociais. As lutas e os anseios da mulher negra, em uma sociedade que ainda cultiva valores patriarcais e coloniais, são o foco de suas obras. Porém, a visão sobre esses fatores não parte do olhar da classe dominante, mas sim das vivências subalternizadas de suas personagens e da sua ancestralidade. Nas publicações de Giovana Madalosso até o presente momento, sendo a escritora que estreou mais recentemente, também reflete questões a partir de um ponto de vista da mulher de classe média, porém, mais realista e alinhado ao mundo moderno do que Lispector. Em seus contos, as personagens já se reconhecem na própria pele e estão mais atentas ao seu lugar na sociedade, mas, por esses motivos não sofrem menos, pelo contrário, talvez sofram até mais pela total consciência do que significa ser mãe no mundo contemporâneo. As suas vozes dessas autoras, bem como de outras escritoras de modo geral, estão sendo mais ouvidas, suas produções literárias mais lidas - e justamente reconhecidas, e, assim, as nossas dores individuais e coletivas mais representadas.

Alguns dos estereótipos da figura da mãe presentes nas personagens da narrativa transcendem a ficção, fazendo com que o leitor se incomode, se questione, se comova e, portanto, se transforme. Essas personagens assumem as suas fraquezas, inseguranças e sentimentos obscuros com coragem e sem romantizações, o que difere da cultura ocidental que eleva a maternidade ao sagrado, não permitindo a imagem da mãe esgotada, triste, frustrada, arrependida e capaz de cometer erros.

O tema estudado contribui para a pesquisa acerca da construção social da mulher, uma vez que a maternidade está ligada diretamente a questões femininas, sendo pauta de inúmeras reivindicações feministas no campo político, econômico e cultural. Ademais, também acrescenta no âmbito acadêmico ao apontar possibilidades de pesquisas futuras, como por exemplo, como são representadas outras maternidades não abordadas neste trabalho através da perspectiva de mulheres e mães transexuais, lésbicas, indígenas, trabalhadoras rurais, dentre outras identidades. Também pode dar margem à discussão do aborto na literatura, ponto que contrapõe diversos conceitos da maternidade, mas que está intrinsicamente atrelado à liberdade reprodutiva da mulher. Assim, as questões apontadas como objetivo desta pesquisa, a respeito da realidade de as imposições da maternidade ocorrerem de formas distintas para as mulheres, puderam ser respondidas, embora seja necessária a continuidade dos estudos para tratar de demais assuntos presentes nas obras - como a representatividade do

machismo através das personagens masculinas. Outro viés importante é que, atualmente, a análise literária sob o viés feminista é pouco realizada, visto que as pesquisas de teorias feministas são mais relacionadas com objetos da área de ciências sociais. Assim, a literatura produzida sobre a temática da maternidade, dentre outras questões acerca do papel da mulher, pode tratar-se de um campo bastante fértil de observações e respostas na busca da igualdade das mulheres perante a sociedade.

Por conseguinte, estudar as obras teóricas nos possibilita refletir criticamente sobre as construções sociais impostas à mulher, como também ler o texto literário com uma visão mais ampla e crítica. Pesquisar sobre a maternidade me proporcionou mais conhecimento sobre a posição da mulher na sociedade desde as antigas civilizações, além de crescimento pessoal ao identificar situações já vividas ou observadas com mulheres nos espaços familiar, acadêmico e profissional. Constata-se que como professores, ou outras posições profissionais da área literária, temos a obrigação de pesquisar, alertar e relacionar o texto literário com os problemas que envolvem a sociedade, contribuindo para a formação leitora e o senso crítico dos indivíduos, de modo a fazê-los perceber que a literatura pode ser o reflexo de seus sentimentos como a representação da vida real. Acredito que não há possibilidade de alcançarmos uma sociedade igualitária ou formar cidadãos mais conscientes sem o contato com a literatura, assim como as teorias feministas, tendo em vista que promovem o desenvolvimento social, emocional e psíquico dos sujeitos, cumprindo a função humanizadora do conhecimento e da arte.

6 REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Trad. Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.
- ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Trad. de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. **Novas Cartas Portuguesas**. São Paulo. Editorial Futura Lisboa, Edição integral, 1974.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2008.
- BATALHA, Martha. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL FELIPE, Luis. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. Lei Maria da Penha, nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Tendências e Impasse: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- BRUM, Eliane. **Uma duas**. São Paula: Editora Arquipélago Editorial, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>. Acesso em: 07. de ago. 2021.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura Negro-Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DAMASCENO, Victória. Seguros de saúde exigem consentimento do marido para inserção do DIU em mulheres casadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/08/seguros-de-saude-exigem-consentimento-do-marido-para-insercao-do-diu-em-mulheres-casadas.shtml>. Acesso em: 5. de ago. 2021.

DALCASTAGNE, Regina. **Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea**. Estud. Lit. Bras. Contemp. Brasília, n. 44, p. 289-302, Dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/r756G9pMPP7xfXy8x36JWRw/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 de jul. 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

D'ÁVILA, Manuela. **Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência**. Caxias do Sul: Editora Belas Letras, 2019. E-book.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DEL PRIORE, Mary. **História de amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: N-1 Edições, 2006.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade**. Trad. de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: TAG, 2017. [1979].

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed.- Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.). Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERRANTE, Elena. **A filha perdida**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO, JORNAL. **Seria um desastre para o meu trabalho**: diz Marina Abramovic sobre ter filhos. São Paulo, 26 jul. 2016. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1795856-seria-um-desastre-para-meu-trabalho-diz-marina-abramovic-sobre-ter-filhos.shtml. Acesso em: 21. dez. 2021.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol.1. A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. 82. ed. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOVERNO FEDERAL. **CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes**. Disponível em: [CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes — Português \(Brasil\)](https://www.cnpq.br/pt-br/imprensa/comunicado/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes). Acesso em: 20 de jan. 2022.

GUIMARÃES, Geni Mariano. **Leite do peito**: contos. 3. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2001.

GUTMAN, Laura; CABRAL, Luis Carlos. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

HETI, Sheila. **Maternidade**. Tradução: Julia Debasse. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero**: Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,55,-17,-18,128&ind=4704>. Acesso em: 14 de ago. 2021.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2005.

KAUR, Rupri. **O que o sol faz com as flores**. Trad. Ana Guadalupe. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

LEITE, Ivana. 2004. **Mãe, o cacete**. In: 25 Mulheres que estão fazendo a Nova Literatura Brasileira. Org. Luiz Ruffato. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- LEVY, Tatiana Salem. **Desalento**. In: 25 Mulheres que estão fazendo a Nova Literatura Brasileira. Org. Luiz Ruffato. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.
- LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.
- HARWICZ, Ariana. **Morra, amor**. São Paulo: Instante, 2019.
- MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Niterói. **Anais**. Niterói: UFF, 2017. p. 1867-1917. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2021.
- MADALOSSO, Giovana. **A teta racional**. São Paulo: Grua, 2016.
- MADALOSSO, Giovana. **Suíte Tóquio**. São Paulo: Editora Todavia, 2020.
- MERUANE, Lina. **Contra os filhos**. São Paulo: Todavia, 2018.
- MOSER, Benjamin. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2015.
- MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>. Acesso em: 20 de fev. 2022.
- PISCITELLI, A. **Comentário**. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 211-218, 2016.
- PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAAVEDRA, Carola. **Com armas sonolentas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Caminhos transversais dos feminismos e dos movimentos sociais**. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria e AREND, Silvia Maria Fárevo (Orgs.) *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.
- TELLES, Lygia Fagundes, **Uma Branca Sombra Pálida**. In: *A noite escura e mais eu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum - Para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- WINNICOTT, Donald Woods. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: EDIPRO, 2015.

WOOLF, Virginia. *Ao Farol*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.